



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Gestão de Políticas Públicas

JOSÉ LOPES FERNANDES

**O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA NA
DESIGUALDADE ENTRE AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE NO SÉCULO XXI.**

Brasília-DF, 2023

JOSÉ LOPES FERNANDES

**O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA NA
DESIGUALDADE ENTRE AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE NO SÉCULO XXI.**

**Monografia apresentada ao Departamento de
Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em Gestão de
Políticas Públicas.**

**Professora Orientadora: Doutora Suylan de
Almeida Midlej e Silva**

Brasília - DF

2023

JOSÉ LOPES FERANANDES

**“O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL
BRASILEIRA NA DESIGUALDADE ENTRE AS REGIÕES
NORDESTE E SUDESTE NO SÉCULO XXI.”**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do
Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do aluno:

José Lopes Fernandes

Doutora Suylan de Almeida Midlej e Silva
Professora-Orientadora

Brasília, 18 de julho de 2023.

Dedico esta monografia às mulheres que deram à luz a minha vida. Estão no céu, ao meu lado me chamando de amor ou pai, além de todas as outras espalhadas pelo mundo. Elas vivem juntas uma guerra contra a desigualdade e a injustiça, ainda assim, conseguem dar o exemplo para a humanidade, pois concebem e amam seus próprios carrascos.

AGRADECIMENTOS

Minha imensa gratidão aos professores que me apoiaram na realização desta monografia e, principalmente, aos meus entes queridos e a todas as pessoas que fazem da palavra uma arma na luta contra as injustiças e desigualdades.

RESUMO

Abordar as desigualdades leva o pesquisador a um amplo universo de fatores derivados desse problema global: diminuição de direitos fundamentais, segregação social e má distribuição de renda, que se tornam desafios para os Estados na atuação da administração pública. Esta monografia buscou discutir dimensões do conceito de desenvolvimento para comparar duas regiões brasileiras que refletem desigualdade regional devido à atuação desequilibrada em qualidade, intensidade e direcionamento da Administração Pública Federal, Nordeste e Sudeste. Com uma abordagem qualitativa e utilizando o método hermenêutico, com revisão bibliográfica e documental, a pesquisa analisou a atuação da administração pública no desenvolvimento das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, no século XXI. Dimensões relacionadas ao tema, como economia, política e componentes sociais e históricos, estruturantes do novo conceito de desenvolvimento nacional, tornaram-se categorias de suporte e foram interpretadas de acordo com a teoria e as técnicas definidas na metodologia de pesquisa, sendo a base de um diálogo teórico, que conduziu aos resultados e à conclusão final, de que existe a necessidade de um papel amplo e ativo da Administração Pública em todas as dimensões do desenvolvimento nacional para mitigar as desigualdades.

Palavras-chave: Administração Pública. Desenvolvimento. Desigualdade. Região.

Índice de Tabelas

1	Produto Interno Bruto das Grandes Regiões – 2002-2012	52
2	População Ativa de Idade e População Economicamente Ativa	52
3	Tipos de atividade por região	53
4	Taxa de crescimento econômico	53
5	Taxa de Desocupação	53
6	Investimentos estrangeiros diretos nas regiões brasileiras	54
7	IDHM regional	55
8	Nível de Rendimento médio real	56
9	Rendimento médio real	56

Índice de Figuras, Quadros e Gráficos

Figura 1	Processo de Análise de Dados	27
Figura 2	Esboço da Estrutura da Realidade Revelada	29
Figura 3	Taxas de crescimento e variação do PIB real no Nordeste - 2000 a 2010.	45
Figura 4	Brasil: IDHM 2010	48
Figura 5	Malha Rodoviária Brasileira	55
Figura 6	Malha Rodoviária Brasileira	55
Gráfico 1	Série Histórica do Investimento do Governo Central	54
Gráfico 2	Postos de Trabalho	57
Gráfico 3	IDH Regional	58
Gráfico 4	GINI Regional	58

Sumário

		Página
1	Introdução	10
2	Referencial Teórico	14
2.1	Introdução	14
2.2	Desenvolvimento e Desigualdade	15
2.3	Desigualdade e Administração Pública	16
2.4	Desenvolvimento e Administração Pública	18
2.5	Desigualdade, Desenvolvimento e Administração Pública	19
3	Métodos e Técnicas de Pesquisa	21
3.1	Tipo e Descrição Geral da Pesquisa	21
3.2	Aproximação entre Conceitos e Objeto	27
3.3	Aplicação da Metodologia Proposta	30
3.3.1	Triangulação de dados específicos para cada Técnica	31
4	Análises e discussão	33
4.1	Desigualdade entre as Regiões Nordeste e Sudeste	34
4.1.1	Dimensão histórica	34
4.1.2	Dimensão econômica	45
4.1.3	Dimensão social	48
4.1.4	Dimensão política	49
4.2	O papel da administração pública no desenvolvimento regional não equitativo das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil	51
4.2.1	Aspectos dimensionais do papel da administração pública na desigualdade regional	51
4.3	Síntese dos resultados	60
5	Considerações Finais	63
	Referências	67
	Anexos	
	Anexo 1: Matriz de consistência	72

1. Introdução

Nas análises políticas, sociais e econômicas modernas, a questão sempre em voga são as funções da Administração Pública Federal e seu nível de intervenção ou tamanho para que um país possa se desenvolver de forma sustentável, em contraponto à plena liberdade e iniciativa de mercado.

Desde a crise mundial de 1929 e com os novos rumos do pensamento teórico implementado por John Maynard Keynes, a natureza cíclica da adoção de modelos de governo ganha destaque em vários países do mundo.

Um país, independentemente de seu modelo de governo, para alcançar crescimento sustentável, justiça social e equidade de direitos e, assim, entrar em um grupo seletivo de Estados desenvolvidos, deve se preocupar com alguns fatores típicos de Estados “periféricos”, tais como: migrações, dívida pública, corrupção, violência e pobreza, derivados de fatores históricos, éticos, econômicos, ambientais e sociais, que resultam, entre outros problemas, em desigualdades sociais entre as regiões de um país.

A direção para a conquista do bem-estar geral e equitativo é o desenvolvimento pleno, em seu sentido amplo: econômico, ambiental, social e ético. Para tanto, existe a necessidade de supor intervenções estatais efetivas, que proporcionem o crescimento nacional e que evite elevados desníveis regionais de crescimento social e econômico.

A convivência com desigualdades de crescimentos regionais abala a estabilidade social de um país e eleva os Estados a níveis muito baixos de avaliação internacional, compromete a qualidade de vida de sua população, induz o êxodo e, principalmente, coloca em risco a dignidade humana.

As diferenças de crescimentos regionais mostram-se como um incômodo crônico e estrutural das economias contemporâneas, sendo causa de divergências ideológicas, movimentos sociais e conflitos em sociedades desiguais e polarizadas, como a brasileira.

Do ponto de vista pessoal e espacial, a economia brasileira se caracteriza por apresentar os maiores níveis de desigualdade no contexto internacional. Aqui estão as atuais estruturas produtivas, relações de trabalho, condições de vida e possibilidades de acesso da população aos mais diferenciados produtos e serviços básicos. (GUIMARÃES, 2009, p.46)

Os efeitos das desigualdades para uma sociedade são claros, pois não apenas expõem a diferenças nos índices ou taxas de crescimento econômico, conforme Barros et al. (2001), mas também as várias consequências coletivas, naturais e de não crescimento. Estes não podem ser concebidos apenas em termos do desempenho da economia, mas principalmente inerentes à

história, justiça social, à ética, à preservação do meio ambiente e às taxas de crescimento humano de um país.

O Brasil é um país que possui em suas diversas regiões o potencial de fatores necessários para um desenvolvimento sustentável, como: recursos naturais abundantes e diversos, mercado consumidor interno amplo, fronteiras comerciais extensas, um dos maiores Produto Interno Bruto do mundo etc.

No entanto, nuances trazem sequelas sociais e econômicas em um paradoxo de potencial continuamente narrado de futura nação desenvolvida, em teoria histórica, e na realidade se reproduz no tempo um grande drama nacional: as desigualdades regionais.

Neste sentido, aparece um questionamento básico para se decifrar este paradoxo: o que são realmente países desenvolvidos? O primeiro dilema é caracterizar precisamente a definição de desenvolvimento.

Sempre haverá imprecisão entre o que é desenvolvimento e o que deveria ser perante aos benefícios à sociedade. O debate entre as diferentes versões sobre o processo de desenvolvimento, o que é, quem se beneficia e para onde conduz, é claro que não está resolvido nem deveria estar, pois o desenvolvimento, como qualquer conceito, é necessariamente relativo e histórico. (VALCÁRCEL, 2006, p.31)

Há uma grande tendência de olhar apenas para o crescimento econômico como grande parâmetro para definir um país em desenvolvimento. Algumas análises sociais mostram que a realidade pode ser bastante antagônica. Segundo Paulani e Braga (2017, p.215), o tamanho e o comportamento do PIB são bons indicadores do desempenho econômico de um país, no entanto, muito pouco se pode dizer sobre a qualidade de vida da maioria de sua população.

Como afirma Valcárcel (2006, p.31), haverá sempre imprecisão e relatividade entre o que é e o que deveria ser desenvolvimento. Esse conceito traz em seu conteúdo fatores diversos e variantes de interpretações ao longo do tempo. Assim, fatores históricos, sociais e econômicos, mesmo de cunho individual, devem ser detalhados e incorporados à atual definição de desenvolvimento nacional, conforme considera Oliveira (2002, p. 40):

O desenvolvimento de um país deve ser considerado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é do que crescimento - aumentos positivos de produto e renda - transformado para atender às mais diversificadas necessidades do ser humano, como: saúde, educação, moradia, transporte, alimentação, lazer, entre outras.

Nesse contexto, um país com PIB tão alto quanto o Brasil não poderia se apresentar como um país periférico ou em desenvolvimento, mas quando se incluem as diferenças regionais, entende-se o seu atual *status* internacional estipulado pelas Instituições Mundiais que estudam o desenvolvimento humano.

Na intenção de delimitar o problema de pesquisa, vale considerar os diversos componentes geoeconômicos e culturais das regiões Sudeste e Nordeste do território brasileiro, alguns dos quais com discrepâncias de origens muito remotas.

O Nordeste e o Sudeste apresentam, na formação socioeconômica e na consolidação industrial do país ao longo do século XX, especificidades históricas que diferenciam as duas regiões e alimentam as disparidades atuais, que interferem direta ou indiretamente no desenvolvimento nacional. Um exemplo é a atuação estruturalista dos governos da segunda república em termos da implementação de bases industriais centralizadas na região Sudeste, como a Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce e Fábrica Nacional de Motores.

Outro ponto de fator de desigualdade são os formatos iniciais da economia das regiões, sendo o Nordeste com o açúcar como grande parte enviado para a metrópole no período colonial; e a região Sudeste, a partir do capital do café, já em um Estado brasileiro independente do monopólio comercial e com possibilidade de acumular recursos financeiros na região. Além disso, vale destacar o fato histórico de que no Sudeste ocorreu a primeira grande alocação de recursos públicos, para aproveitar a implantação tecnológica e industrial, com maior concentração de recursos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Diante disso, o problema de pesquisa delineado nesta monografia é de que forma a administração pública brasileira desde o período colonial contribuiu para a desigualdade entre a região Nordeste e Sudeste no século XXI? Sendo o objetivo geral realizar essa investigação tendo como objetivos específicos: identificar e descrever os fatores que formatam a desigualdade regional entre as Regiões Nordeste e Sudeste brasileiras, a partir das dimensões histórica, social, política e econômica; e identificar o papel da administração pública no desenvolvimento regional.

O tema proposto como objeto deste trabalho, a administração pública brasileira federal desde período colonial contribuiu para a desigualdade entre a região Nordeste e Sudeste no século XXI, com a comparação de duas das principais regiões produtivas do Brasil, justifica-se como pertinente, por expor fatores de algumas dimensões de influência agregadas (histórica, política, econômica e social), que se refletem em diferentes situações e cenários regionais e geram desigualdades. Além disso, busca analisar a participação da Administração Pública Federal neste contexto. Propondo, neste sentido, uma futura contribuição deste trabalho no apoio à implementação de políticas públicas que visem o desenvolvimento nacional.

O desenvolvimento sustentável, um dos principais objetivos de uma sociedade capitalista imbuído dos princípios de ditames de um Estado democrático de direito, com um sistema de

garantias plenas dos direitos humanos e sociais, ocupa um papel central na garantia da sobrevivência e no bem-estar do cidadão a longo prazo. A sociedade do capital, entretanto, passou por profundas mudanças cíclicas em sua estrutura ideológica ao longo da história.

Novas práticas de produção e vários modelos econômicos foram definidos com implicações importantes para o desenvolvimento. O conjunto de anomalias do universo macroeconômico na busca pelo crescimento reflete inúmeras consequências para as condições sociais, ambientais, éticas e econômicas do mundo.

A nova concepção de desenvolvimento traz a necessidade de se estabelecer novos debates e caminhos a serem seguidos pelos Estados em busca de um crescimento sustentável que não implique apenas desenvolvimento econômico, mas sobretudo a garantia de um espaço social de bem-estar geral. Portanto, esta pesquisa pode vir a auxiliar na discussão de futuros trabalhos científicos sobre desenvolvimento sustentável e nas análises das desigualdades sociais entre as regiões de um país.

A monografia está estruturada em cinco capítulos, incluindo esta introdução, que trouxe a abordagem do problema, com a: descrição da desigualdade regional em dimensões, formulação das questões de pesquisa, definição dos objetivos da pesquisa, justificativa e viabilidade, delimitação da pesquisa, além das limitações que a envolvem, como forma de Introdução.

Dedicar-se-á ao Capítulo II com o referencial teórico, onde analisará os antecedentes da investigação, que mostrará as bases teóricas relevantes que esclarecem e sustentam o estudo. Ainda estabelecerá a estrutura conceitual, com as definições das principais categorias e seus conceitos inter-relacionados para possibilitar a futura análise conclusiva.

No terceiro capítulo, será detalhada a metodologia utilizada para a pesquisa, com base em uma abordagem qualitativa, descreverá o tipo de pesquisa, método de pesquisa, cenário de estudo, objeto de estudo, detalhamento observáveis de estudo, fontes de informação, técnica e instrumentos de coleta de dados, acesso ao campo e armazenamento de informação e descrição do método de análise.

No Capítulo IV serão apontadas as análises e discussão, tendo na triangulação de dados específica da técnica, a partir do quadro da síntese das dimensões analisadas o apoio necessário para analisar o problema estudo em etapas dimensionais definidas como: histórica, política, social e econômica. Assim, será aplicada a metodologia proposta para cumprir os objetos gerais e específicos.

Ao final, no capítulo V, como considerações finais, o trabalho buscará revelar aspectos importantes da presença da administração pública federal em situações regionais de

desigualdade, na contramão do desenvolvimento nacional sustentável, através da presença de fatores multidimensionais, que impedem ou retardam o crescimento equitativo do país.

2 Referencial Teórico

2.1 Introdução

O debate do tamanho e escopo da atuação da administração pública para o desenvolvimento de um país é um produto diretamente atrelado as desigualdades regionais existentes, oriundas de divergências econômicas, sociais e políticas no desenrolar histórico de um país, como frisa Monteiro Neto (2006, p.54):

[...] para efeito de políticas de desenvolvimento, raciocínios binários do tipo: uma vez que a intervenção estatal em crise propõe o seu oposto, isto é, a sua minimização e o desaparecimento institucional. Para economias que precisam crescer acelerada e sustentadamente no tempo de modo que supere os obstáculos do subdesenvolvimento, a atuação governamental assume papel decisivo na condução de trajetórias não recessivas, bem como na execução daquelas que visam ao maior equilíbrio espacial da atividade produtiva.

Os primeiros indícios de um conflito teórico sobre o assunto mais contundente, como pano de fundo da história, surgem em um dos períodos mais difíceis do capitalismo: a grande crise econômica de 1929. O liberalismo, até este ponto da história, baseava-se principalmente na ideia defendida de Adam Smith da "mão invisível", ou seja, o capitalismo continha mecanismos racionais e eficientes de autorregulação das condições socioeconômicas de uma sociedade. John Maynard Keynes, em 1926, postulou uma teoria que rompeu totalmente com a ideia liberalista, e propôs o modelo da Administração Pública Federal de intervenção, o estado de bem-estar (*welfare state*), que conseguiu resgatar a possibilidade de retomar e direcionar o modelo capitalista para os rumos desejados em meio à crise.

O estudo da atuação da Administração Pública Federal para equilibrar o crescimento regional na busca do desenvolvimento nacional sustentável entrelaça e orienta outros aspectos da temática, consubstanciando uma ampla revisão literária dos diversos nichos disciplinares sobre o assunto. Para isso, este capítulo tratará de conceitos correlacionados para formatação de um raciocínio metodológico, a partir das concepções de autores dos temas destacados.

2.2 Desenvolvimento Nacional e Desigualdade

Para melhor compreensão do inter-relacionamento destes dois fatores, cabe designar desenvolvimento Nacional, conforme destaca Oliveira (2002, p. 40), como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Ou seja, para o autor, desenvolvimento nada mais é do que crescimento -

aumentos positivos de produto e renda - transformado para atender às mais diversificadas necessidades do ser humano, como: saúde, educação, moradia, transporte, alimentação, lazer, entre outras.

Nesta linha de pensamento, Amaro (2003) conclui que o conceito está em plena evolução, dada a tendência de abandonar a visão economicista de estipular o desenvolvimento apenas pelo progresso econômico que levasse ao bem-estar. Existe, assim, uma percepção interdisciplinar de um escopo mais amplo para o significado do desenvolvimento, gerando novos desafios para a academia inferir novas formulações e renovar o interesse pelo tema ou debate.

Para colaborar com revisão sobre o tema, Bresser-Pereira (2016) distingue o termo do novo desenvolvimento, trazendo o termo "desenvolvimento social", que expõe suas principais dimensões no campo da economia, da teoria socioeconômica e da política econômica, que ampara as categorias lançadas como observáveis nesta pesquisa.

Ainda, importante para a compreensão da nova concepção de desenvolvimento ligada as desigualdades, Paulani e Braga (2017) tratam do que hoje se considera a nova contabilidade nacional, intitulada "contabilidade social", disciplina cuja essência é muito diferente deste "antigo" título, baseado apenas em resultados de contas públicas. Para o tema de desigualdade e desenvolvimento, apresentam tanto questões não abordadas anteriormente na área de meio ambiente, a discussão do crescimento econômico versus desenvolvimento, das desigualdades regionais e da qualidade de vida, entre outras questões problemas econômicos extremamente atuais de medição das contas nacionais e internacionalização financeira para o desenvolvimento sustentável.

Quanto a desigualdade regional, Galeano (2012), traz como vertente deste evento o hiato tecnológico, a produtividade e a inovação empresarial, como determinantes da disparidade de crescimento econômico de uma forma desequilibrada e desigual entre as regiões brasileiras. A autora aponta um conjunto de variáveis macroeconômicas determinantes como causadoras da inequidade regional, concluindo que houve uma certa desconcentração econômica entre os anos 1985-2008, na comparação regional.

Colabora com esse pensamento, Guimarães Neto (2009), que aponta a trajetória das desigualdades regionais no Brasil por algumas políticas de desenvolvimento regional implementadas pelo governo federal, com base em indicadores de desigualdades, processos recentes de concentração, desconcentração de renda e fatores determinantes da distribuição espacial da atividade econômica no país. Neste sentido, deixa claro que é necessário um programa para uma nova política regional, mesmo com obstáculos e dificuldades na aplicação

da política nacional de desenvolvimento, valorizando uma ou outra forma de intervenção estatal, tendo em conta as peculiaridades dos segmentos produtivos regionais.

Ainda com fulcro na relação de desenvolvimento e desigualdade, em complemento as ideias de Galeano, a própria autora em parceria com Feijó (2010), delimitaram o crescimento econômico das regiões brasileiras nas décadas de 1990 e 2000, e estipularam que a produtividade do trabalho, estimulada pela demanda, desempenha um papel decisivo no processo de crescimento econômico.

Assim, nossos resultados preliminares parecem apontar que, na ausência de uma política de desenvolvimento voltada para a redução das desigualdades regionais, focada no estímulo à demanda agregada, o desempenho econômico nas décadas de 1990 e 2000 não apresentou tendência à redução da desigualdade regional, considerando duas variáveis chaves para explicar o crescimento econômico (GALEANO; FEIJÓ, 2010, p.27).

Para definir o efeito do desenvolvimento sobre a desigualdade regional, afirmaram que o impacto do efeito cumulativo do crescimento e da demanda sobre a produtividade, além da alta tributação que inviabiliza o *status* de investimento e a inovação empresarial foram teorizados como importantes para aumentar a produtividade, sendo determinantes do crescimento econômico desigual entre as regiões brasileiras.

2.3 Desigualdade e Administração Pública

Os problemas públicos brasileiros somente podem ser identificados e tratados se a administração pública tiver uma lente voltada para os impactos provocados pela desigualdade regional. Portanto, precisa estabelecer políticas adequadas para as regiões, pois como cita Furtado (1981, p.2), abonando esse pensamento, “uma política adequada para o Nordeste significa renunciar à ilusão de que essa região é tão-somente um apêndice, algo que pode ser relegado a segundo plano”, não havendo chance de delegar esta função meramente à ação do mercado capitalista.

Essa narrativa se comprova em Barros (2011), explicada pelo autor nas origens históricas e nas estruturas sociais provenientes das diferentes formas de ocupação das regiões brasileiras, causadoras da concentração do capital humano fora do Nordeste. Essas diferenças, que permanecem no tempo e não diminuem, pelo simples desempenho das forças de mercado, como pensavam os teóricos liberais.

A base dos argumentos é o cenário histórico, que o leva a visualizar uma nova proposta de política regional com intervenção estatal, com um investimento significativo na educação, uma das dimensões tratada nesta pesquisa. Neste contexto, apesar da visão comum de várias correntes de pensadores, o governo federal e os governos regionais não transformaram a teoria

produzida em políticas públicas, o que comprovou as ideias expostas do autor de distanciamento estatal do problema.

Em foco mais direto ao tema, Guimarães Neto (2009) expõe a evolução histórica das desigualdades regionais no Brasil e algumas políticas de desenvolvimento regional, que mostra a formatação deste fenômeno multidimensional em relação direta com o desempenho da administração pública. O autor sinaliza a concentração e desconcentração das ações governamentais a nível regional, e os fatores determinantes da distribuição geográfica da atividade econômica no país nas últimas décadas, como base da desigualdade. Cita, ainda, uma agenda para uma nova política regional, destacando os obstáculos e as dificuldades de seu reconhecimento e desenho por parte dos governos federal e regionais. Fato também relatado, por Furtado (1981, p.2):

O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo. Aí se mostram sem disfarces as malformações maiores de nosso desenvolvimento. Se não existe política adequada para o Nordeste, pode-se dar por certo que os problemas maiores do País se estão agravando, que nos iludimos com miragens quando pensamos legar aos nossos filhos uma sociedade mais justa e um país menos dependente.

Monteiro neto (2006) infere sobre as conexões entre a crise de intervenção da Administração Pública Federal brasileiro na última década e as desigualdades regionais, com destaque para os gastos de investimento das administrações públicas e empresas estatais, na concessão de crédito governamental ao setor privado e aos instrumentos de política. O autor afirma que o país precisa crescer de forma sustentável ao longo do tempo para superar os obstáculos do subdesenvolvimento, a ação governamental assume um papel decisivo na concretização dessa trajetória.

2.4 Desenvolvimento e Administração Pública

Como regimentar para um crescimento social e econômico de um país, a ação gerencial da administração pública com as suas entregas de serviços e bens à sociedade reflete diretamente em um desenvolvimento sustentável, assim, comunga Bresser-Pereira (1996) quando traz um relato da busca do Brasil por uma evolução adaptativa aos modelos de gerenciamento praticados em nações definidas como avançadas em modelo de gestão pública. Retrata as reformas realizadas para alavancar e modernização da máquina pública brasileira em prol, a princípio, do controle e execução econômica e, posteriormente, a melhor entrega e prestação de serviço à sociedade, em termos de desenvolvimento e melhor função distributiva do Estado.

Também, para representar o pensamento do andar conjunto do desenvolvimento nacional

com a atuação da administração pública, Filippim (2005) analisa e descreve este entrelaçamento com o viés de postular que com a concepção dos modelos patrimonialistas e burocráticos presentes na cultura e vida administrativa pública brasileira pouco alavancaram o desenvolvimento regional e, ainda, o efeito inerte das novas formas ou modelos para as bases da sustentabilidade do desenvolvimento, mesmo a partir da reforma administrativa da Administração Pública Federal, o que consubstancia a não efetividade histórica brasileira, em termos de atuação pública no tema desigualdade regional.

Ainda, para definir historicamente as variações e alternâncias de centros de poder políticos e econômicos no Brasil, fato que figura como potencial causadora desigualdades entre as regiões estudadas, Oliveira (1977) e Oliveira (1987), traz um pensamento claro sobre o tema, instila uma homogeneização do espaço nacional sob a expansão do capitalismo monopolista do Sudeste, que trouxe atrasos para o desenvolvimento da região Nordeste:

Incapacitadas de disputar o mercado em razão de seu atraso tecnológico relativo, as indústrias do Nordeste não se expandem nem se renovam, o que acaba produzindo novas perdas de poder de competição, incremento da perda de mercado, e assim por diante, até criar situações de verdadeiro desemprego de recursos. Como corolário, produz-se um fluxo de capitais da região mais pobre para a região mais rica, consequência e não causa do processo já descrito. (OLIVEIRA, 1977, p. 57)

O desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, no ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. (OLIVEIRA, 1987, p. 74).

Neste mesmo mote, Bresser-Pereira (2004) trouxe o questionamento da participação da Administração Pública Federal para que o Brasil volte ao desenvolvimento. Inserindo, em tese contraditória ao modelo intervencionista, o pensamento liberal ortodoxo de mercado elaborador dos rumos das reformas para atingir os objetivos de crescimento do país e sublinha o importante papel das políticas de estabelecimento de políticas com a intervenção da Administração Pública Federal estimulando determinados setores ou empresas estratégicas.

Monteiro Neto (2006) aponta o entrelaçamento entre a crise da intervenção da Administração Pública Federal brasileiro na última década e as desigualdades regionais, como explicativo do problema. Para o autor, o papel da Administração Pública Federal brasileiro como protagonista do cenário econômico e político das últimas três décadas baseou-se no trabalho em duas dimensões, a primeira na análise dos gastos de investimentos das

administrações públicas e empresas estatais e a segunda na concessão de crédito governamental para o setor privado, não havendo sucesso nas duas em relação a diminuição de desigualdades regionais.

Portanto, em discordância com grande parte da literatura analisada, apresenta como conclusão que a intervenção governamental não tem efeito na redução da disparidade das condições de desenvolvimento das regiões, mantendo a desigualdade independentemente do nível desta, no entanto realizou uma abordagem apenas na esfera econômica, não levando em conta a complexidade dimensional que envolve o tema.

2.5 Desigualdade Regional, Desenvolvimento e Administração Pública

O entrelaçar dos fatores-chaves abordados nesta pesquisa pode ser coadunado no conceito de Desenvolvimento Sustentável, que se insere como uma apresentação de um retrato de um país em termos de equidade, justiça, distribuição de renda integral, prestação de apoio à saúde e educação, com ênfase na preservação do meio ambiente, liberdade e outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade atual e futura conforme o desempenho de seus indicadores, por ação estatal, como retratado por Oliveira (2002).

Assim, pode-se instilar que a intervenção da Administração Pública Federal fica mais efetiva, segundo Pereira (2016, p.243), por elaboração Keynesiana, na utilização de uma política tributária compensatória, na qual esteja prevista um aumento do déficit público em tempos de recessão ou crise, mas sem o abandono do benefício social. Ainda segundo o mesmo autor, Keynes postula que, uma demanda insuficiente, sugere ao governo ter um papel protagonista na complementação dos gastos privados com recursos públicos, ou subsidiando impostos ou diretamente, ato defendido por vários autores, na realização de investimentos públicos substanciais para alavancar a economia. Este percurso da administração pode ser retratado por uma Contabilidade Social, intitulada por Paulani e Braga (2017), a qual não deve ser entendida apenas como a avaliação do sistema de contas nacionais, mas também como o estudo de todos os agregados macroeconômicos, incluindo índices de avaliação do funcionamento social da Administração Pública Federal, ou seja, os resultados ou impactos provenientes dos gastos públicos.

Furtado (1981) ratifica seu posicionamento de intervenção estatal para mitigar desigualdades e alavancar desenvolvimento. Neste mote, orientou a Administração Pública Federal a criar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ideia que permitiria alterar a conjuntura da região. Assim, o autor estipula rumos para a solução da desigualdade na região oposta a outros países, como a necessidade de uma transformação na

estrutura agrária e a priorização da industrialização como elemento de reforço do desenvolvimento regional. Informa que os processos sociais impactantes sobre a região são advindos de movimentos de expansão das grandes cidades do país e que há necessidade de adequar a forma de aperto do sistema político de poder. Para a consolidação industrial da região há necessidade de uma ampla relação entre o mercado local e o setor industrial, para criar uma "homogeneidade social", que facilite a sucesso da renovação econômica.

Em reforço, Monteiro Neto (2014) descreve um padrão de intervenção da Administração Pública Federal, com posicionamentos distintos de sua atuação, mostrando a ciclicidade da atuação estatal, havendo redução das ações governamentais frente aos problemas relacionados ao desenvolvimento regional em certa época e, logo após, em um segundo momento, uma forte participação, com importante ações, que causaram impactos visíveis nos desníveis regionais, mas sem criar uma base sólida para o investimento empresarial nas regiões mais frágeis. O autor aponta pontos de diferentes origens na trajetória das desigualdades regionais e interpreta os motivos que levaram às desigualdades observadas.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2018) ressalta que os efeitos da desigualdade no acesso à saúde e educação sobre a produtividade e a renda, bem como as consequências da desigualdade de oportunidades ocasionada pela discriminação de gênero ou condição étnico-racial, refletem no território, na infraestrutura e na dinâmica urbana, gerando custos não só em termos de produtividade, mas também de ineficiência energética e deterioração do meio ambiente, o que compromete as possibilidades de desenvolvimento das gerações atuais e futuras. Destaca a inclusão nas agendas governamentais de investimentos prioritários que garantam saúde e educação, como forma de combater as desigualdades regionais.

Ainda, a CEPAL (2018) enfoca a necessidade de promover uma mudança estrutural progressiva que aumente a incorporação do conhecimento na produção, garanta a inclusão social e combata os efeitos negativos das mudanças climáticas com base na educação. O foco das reflexões e propostas para avançar para um novo estilo de desenvolvimento está na promoção da igualdade e da sustentabilidade ambiental.

Por fim, é válido ressaltar que o Brasil na Constituição Federal (BRASIL, 1988), trata e reconhece o problema da desigualdade regional e procura estabelecer instrumento de mitigação do problema:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

[...]

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

Com esse breve diálogo entre as obras de alguns autores que discutem a temática da pesquisa, pretendeu-se explicitar a linha teórica que orienta a discussão proposta, cuja intenção é reunir as várias dimensões do tema para responder a problemática relacionada à desigualdade regional e ao desenvolvimento nacional na relação com a Administração Pública.

3. Métodos e Técnicas de pesquisa

3.1 Tipo e Descrição Geral da Pesquisa

Para atender aos objetivos em torno de como a administração pública brasileira desde período colonial pode ter contribuído para a desigualdade entre a região Nordeste e Sudeste no século XXI, a pesquisa foi desenvolvida de acordo com a abordagem qualitativa, tratada por Creswell (2021, p. 26 e 206) como a compreensão da realidade social por meio de uma abordagem indutiva, que passa por uma análise individual ou a compreensão do grupo estudado para a construção teórica, buscando a geração de novos conhecimentos por meio de análises independentes de experimentos, sem procurar consolidar novas teorias a partir de posições de pesquisas anteriores, de forma testada e comprovada, ou seja, com uma estrutura mais flexível, baseada em textos e imagens com diversidade de estratégias de investigação.

Para Hernández e Mendoza (2019, p.7-10), a abordagem qualitativa traduz um conjunto de partes de um processo, sequencial e com evidências, definindo ponto a ponto os detalhes da realidade investigada, com o objetivo de descobrir seus aspectos importantes que contribuem para o objeto estudado, através da técnica interpretativa. Define uma ideia de partida do problema de pesquisa que se desenvolve ao longo da trajetória de estudo, o que dará origem a objetivos gerais e específicos, com base na revisão da literatura. Os dados obtidos serão analisados e interpretados à luz dos conceitos discutidos.

Para o desenvolvimento dos estudos, como mostra Vargas Beal (2010, p.7), o tipo de pesquisa será teórica, apenas com pensamento crítico e a indução do pesquisador como universo, entrando no mundo das ideias interpretativas e da indução, com análise da literatura científica e documental que possibilitem comparar os fatores históricos, macroeconômicos,

éticos, ambientais e sociais que regulam ou determinam a taxa de desenvolvimento social comparada, coadunando a análise por meio de dados coletados nas bases de documentos e literaturas listadas nesta pesquisa.

A influência da Administração Pública no contexto de desigualdade regional foi observada como fator a ser considerado na análise de possíveis discrepâncias regionais, a partir da revisão teórica e documental sobre o desenvolvimento compreendido nas dimensões econômica, social, política e histórica.

No que se refere à dimensão social, com o apoio argumentativo de diversos estudiosos e teóricos sobre o assunto, a pesquisa foi norteadada pelos aspectos centrais, o primeiro na discussão atual que é a influência da educação ou da formação de indivíduos para contribuir para o desenvolvimento do país e sua relação com a economia. Com base no IDH Municipal (IDHM), presente no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que se traduz em um indicador das condições educacionais, que é a média ponderada de dois outros indicadores, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de Matrícula combinada no ensino fundamental, médio e superior:

Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia global do IDH para o cálculo do IDH Municipal (IDH) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado com base nas informações dos três últimos censos demográficos do IBGE-1991, 2000 e 2010. O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH global - longevidade, educação e renda, mas vai além: Ajusta a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Apesar de medirem os mesmos fenômenos, os indicadores considerados no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas do Brasil. Portanto, o IDHM - incluindo seus três componentes, longevidade do IDHM, educação do IDHM e Renda do IDHM - conta um pouco da história de municípios, Estados e regiões metropolitanas em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas de história brasileira. (BRASIL, 2016)

Como limitação do estudo, apenas a educação do IDHM será anexada como parâmetro comparativo, a fim de verificar a situação das regiões Sudeste e Nordeste, em termos de formação e desempenho profissional, em função do nível de ocupação e de variáveis componentes da contabilidade social de um país, ponderando se o desenvolvimento não dependente apenas de fatores econômicos.

Segundo Creswell (2021, p.209), a pesquisa qualitativa traz o caráter interpretativo para a pesquisa, assim, o cuidado científico deve ser tomado para não obter conclusões quantitativas de influências recíprocas e limitadoras do pensamento indutivo proposto, no que diz respeito na utilização analítica dos resultados de formação do IDHM e das taxas de desemprego regionais. No entanto, servirá, na fase conclusiva do estudo, para revelar uma frente de pesquisa

exposta para futuros estudos: a "situação paradoxal" de elevação da escolaridade nos tempos atuais, mas a continuidade de crescentes desemprego e subemprego, ainda maior do que no passado, contrapõe a "retórica oficial" da educação como solução para o crescimento econômico e desemprego, como aponta Castro (2004, p.83).

A pesquisa seguirá o método hermenêutico. Como aponta Vargas Beal (2010, p.13), é um dos métodos mais antigos e engloba a leitura, análise e contextualização do tema. Como aponta o autor, o método hermenêutico constrói uma base de consistência científica a partir de conceitos teóricos existentes. Esse método de pesquisa teórica traduz a forma indutiva de utilização do caminho científico para a produção qualitativa.

O método de pesquisa indicado direcionou o pesquisador na busca de um percurso metodológico que possibilitou a análise e argumentação das desigualdades sociais na região oriental do Brasil e do desenvolvimento nacional, como fatores que caminham juntos pelo desempenho da Administração Pública Federal e se agregam para a evolução histórica social, econômica e política do país.

A pesquisa teve como base a análise interpretativa de artigos, livros, ensaios, documentos e outras obras científicas, que possibilitaram ao pesquisador entrar no cenário, vínculos e situações existentes entre as desigualdades e o desenvolvimento nacional, incluindo a concepção histórica das regiões investigadas.

A análise histórica entra não como método, mas como dimensão de análise interpretativa. Vargas Beal (2011) afirma que na pesquisa existem pontos de análise em que a descrição de uma realidade histórica é fundamental para construir um conhecimento objetivo do contexto e apesar de estar localizado dentro do paradigma positivista, requer descrições não de tipo quantitativo, mas de tipo qualitativo próprio da narrativa histórica.

Mais tarde, com o aumento da população, as áreas de pastagem passaram a ser, principalmente, a criação de gentes, de onde decorrem as quotas de trabalho exigidas pelas demais regiões do país (...) quando um surto de construção ou industrialização civil exigia massas de mão de obra não qualificada. O sertão tornou-se, portanto, uma vasta reserva de mão-de-obra barata, passando a viver, em parte, as contribuições enviadas pelos sertões que emigravam para sustentar suas famílias. (RIBEIRO, 1995, p.346)

Este estudo teve como estímulo um cenário de contraste de uma pobreza amparada e outra vazia da atuação histórica da administração pública. Este contexto regional trouxe aos indivíduos a necessidade de abandono das suas raízes culturais nordestinas, buscando melhores condições sociais no Sudeste.

Nesse sentido, o cenário em que a pesquisa se desenvolveu foi, a partir das dimensões histórica, social, econômica e política, os universos das desigualdades sociais diretamente associadas às regiões orientais do Brasil.

Foi analisado em primeiro momento o que são países desenvolvidos, para em seguida explorar as dimensões que afetam o desenvolvimento nacional, a fim de estabelecer uma linha de pensamento sobre o universo das desigualdades sociais a partir das disparidades de crescimento e ações participativas históricas e éticas da Administração Pública Federal.

Coube também investigar como a comparação das regiões nacionais auxilia no entendimento das causas do subdesenvolvimento nacional e na descrição dos principais fatores que caracterizam os desequilíbrios regionais no Brasil, estruturando teoricamente as dimensões propostas. Em meio ao foco principal e às conclusões, ainda argumentar como a igualdade de crescimento regional evita grandes disparidades sociais existentes.

Com isso, como aponta Vargas Beal (2011, p.76), atingir o objetivo que queremos construir com pesquisa e responder à pergunta: “O que eu quero saber?”, com a busca do propósito a partir de observáveis e grande análise delas.

Esclarecer o que se quer investigar é a recomendação de Vargas Beal (2011, pp. 81 e 82) e Creswell (2021, p.212), que mostram que os pontos observáveis, na metodologia qualitativa, direcionam o pesquisador as formas de interpretar necessariamente algum aspecto da realidade de forma subjetiva. Assim, é necessário delimitar com clareza o que se busca observar no cenário de realidade desenhado (dimensões, comportamentos, textos, características, história, no cenário desta pesquisa), que produz, junto e direcionado à questão de estudo, os limites necessários para o alinhamento com todos os detalhes do projeto de pesquisa estabelecido.

Nesta pesquisa, foram utilizadas as dimensões como observáveis analisadas para o cumprimento dos objetivos, depois inter-relacionadas, que trouxeram a percepção das subcategorias organizadas a partir dos principais fatores extraídos das bases teóricas, com o critério de maior quantidade de citações.

Como Gil (1996) aponta, após a saturação dos dados e identificação das ideias mais importantes contidas no material coletado, é fundamental estipular uma organização em ordem de importância, estabelecendo as ideias principais e secundárias, formando categorias de dados semelhantes em número necessário para o diálogo metodológico estabelecido, no caso desta monografia, diálogo teórico e documental.

Ainda, foi descrita a importância da performance da Administração Pública para o equilíbrio ou o crescimento regional na busca do desenvolvimento, o esclarecimento do que são os países desenvolvidos e o conhecimento das dimensões que os afetam.

Além disso, buscou-se a indução sobre como o comparativo das regiões nacionais auxilia no entendimento das causas do subdesenvolvimento nacional, descrição dos principais fatores que caracterizam os desequilíbrios sociais no Brasil e conhecimento de como a equidade de crescimento regional evita grandes discrepâncias sociais.

Interpretando Vargas Beal (2011), para pesquisas com base teórica, todas as produções científicas, artigos, ensaios, dados de institutos e organizações, monografias, livros etc., consultados em ambientes virtuais ou físicos, definem fontes de informação para esta pesquisa, sempre direcionado ao objeto de pesquisa, com técnicas e instrumentos selecionados.

A Pesquisa considerou as técnicas discriminadas por Vargas Beal (2010, pp. 42 e 43) para coleta de informações em campo, com número suficiente para ser escolhido para que houvesse possíveis confrontos ou triangulação de dados de diferentes procedências, assim maior fidelidade, conforme indica este autor. As técnicas escolhidas foram as revisões bibliográficas ou literária e documental, conforme cita Gil (2002, págs.44 e 45), com triangulação das informações coletadas.

O pesquisador registrou os produtos da coleta de dados obtidos por meio das técnicas de registro em planilhas, em arquivos digitais e físicos e também por meio de roteiros de coleta de informações. Bisquerra (2009, p.353) comenta que: “de acordo com o tipo de estratégia de obtenção da informação adotada, análise documental, observação, entrevista, grupos de discussão ou uma combinação deles, se estipula o sistema de registro de dados mais adequados.

Isso colabora com os instrumentos selecionados para o armazenamento dos dados coletados para a pesquisa, pois facilita o acesso ao universo de coleta de informações, posteriormente agrupadas e processadas, para validação com a comparação das diferentes fontes vinculadas ao cenário estabelecido e visitado.

A etapa de acesso aos dados foi desenvolvida de acordo com o cenário escolhido neste projeto com pesquisa teórica e revisão literária e documental com interpretação hermenêutica, para explorar seu contexto, considerar a conveniência e acessibilidade pretendidas, conforme ensinado por Hernández, Fernández e Baptista (2010, p.371).

Para a organização dos dados, os arquivos temáticos foram utilizados como uma matriz ou processador de texto, resumos, resenhas e anotações em uma agenda acumulativa específica para registrar informações, como registros de futuras análises, conforme orientação de Hernández e Mendoza (2019, p.471), levantando a seleção perfeita de dados que irão facilitar o manuseio destes metodicamente.

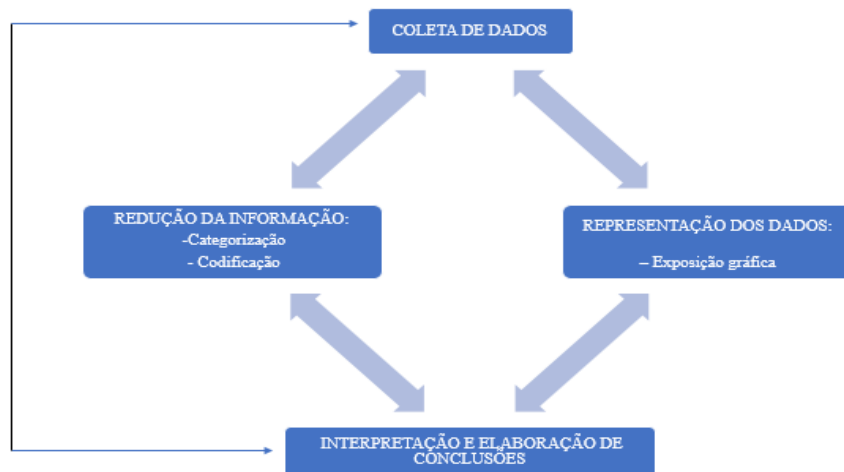
A análise dos dados, depois de bem observada a área de pesquisa, onde as técnicas e a seleção criteriosa feita com a integração dos diversos documentos, notas, literaturas registros

históricos, resumos, arquivos etc., foram utilizadas como primeiro procedimento, envolveu a organização e categorização desses dados dentro do tema, para facilitar o método escolhido.

O método foi aplicado em etapas, conforme orientação de Bisquerria (2009), e esta fase consistiu em reduzir os dados, ordenar e representar os dados, interpretar os resultados e verificar as conclusões. Em segundo lugar, o autor aponta: “O objetivo fundamental da fase de análise de dados é dar sentido às informações obtidas, tratando-as e organizando-as de forma a explicar, descrever e interpretar o fenômeno em estudo e responder ao problema levantado” (2009, p. 152).

A partir da interpretação das informações, podem surgir novas necessidades de pesquisas, provisórias ou temporárias, que devem ser resolvidas com o retorno a campo e a coleta de novos dados, utilizando os mesmos ou outras técnicas de recolhimento, este processo de retorno se dará por fidelidade metodológica durante todos os passos, consoante a seguinte ilustração:

Figura 1. Processo de Análise de Dados



Fonte: Bisquerria (2009, p.379), adaptação de dados.

A redução de dados foi aplicada sistematicamente com a experiência e técnica dos rumos metodológicos estabelecidos, principalmente, com a utilização dos instrumentos de coleta utilizados para armazenamento das informações.

Esta tarefa foi facilitada pela seleção que realizada durante a coleta das informações. A redução de dados se concretizou com o máximo de julgamento e ponderação para que nenhum dado importante ou potencialmente importante não fosse processado, evitando-se ser perdida e comprometer outras fases da investigação.

Para a fase de exposição dos dados, eles foram ordenados e transformados, buscando revelar aspectos importantes que produzam a melhor seleção de informações de qualidade, que terão como foco os objetivos gerais e complementares da investigação.

Para obter os resultados, foram comparados os objetivos estabelecidos e as informações selecionadas. Nesta fase ocorre a interpretação dos resultados, com descrições detalhadas e no que diz respeito à originalidade do tema, abordagem escolhida e método escolhido.

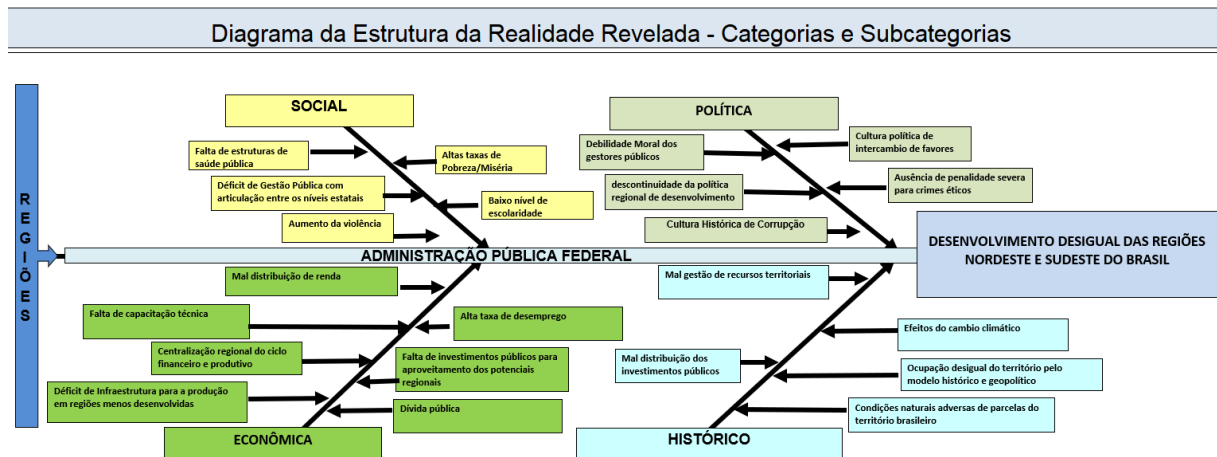
3.2 Aproximação entre Conceitos e Objeto

Para alcançar essa etapa, foi necessário analisar todos os dados selecionados e estipular todos os necessários para atender ao objetivo de pesquisa e compactá-los para facilitar sua interpretação isoladamente ou em conjunto, como disse Vargas Beal (2010, p.85): “é hora de convergir e começar a trabalhar a monografia. Trata-se agora de identificar os 'padrões' encontrados na análise e interpretação e 'reunir' os grupos que constituem unidades de análise ou categorias”.

Nessa direção, levando-se em conta as categorias determinadas nessas monografias representadas pelas dimensões econômica, histórica, política e social foram definidas a partir de uma contribuição de um novo conceito de desenvolvimento exposto nas constantes teorias contemporâneas do arcabouço conceitual, houve inserções de subcategorias em função das literaturas e dos documentos selecionados. Em seguida, essas categorias e subcategorias codificadas foram expressas de acordo com o que foi armazenado com os instrumentos de coleta de dados, dentro das técnicas utilizadas, permitindo aprofundar a questão da presença da Administração Pública Federal para o desenvolvimento das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil.

Como representação gráfica apontada por Vargal Beal (2010, p.85), sendo essencial estabelecer as relações e articulações que transformam essas unidades "soltas" e mais ou menos simples em uma estrutura complexa que permite explicar em profundidade a realidade investigada, o Diagrama de Ishikawa, "também conhecido como Diagrama de Causa-Efeito ou Espinha de Peixe, que é uma ferramenta para representar as possíveis causas que levam a um efeito particular" (Lins, 1993, p.155), foi adaptado neste caso (figura abaixo) serviu para alinhar as categorias de pesquisa, possibilitando uma análise conceitual das relações causa-efeito, colocando as dimensões como categorias em um nível principal e suas subcategorias causais no segundo nível.

Figura 2: Esboço da Estrutura da Realidade Revelada (Anexo 5)



Fonte: Elaboração do autor

Na coluna central, a Administração Pública Federal foi colocada como agente central de convergência das causas ou categorias que atuam sobre a realidade definida como um problema de estudo.

Nesse sentido, a ação da Administração Pública Federal foi relativizada em sua intensidade ou tamanho da máquina pública para atuar sobre as categorias, contrariando o fluxo das causas da desigualdade regional, para mitigá-las ou eliminá-las ou permanecer estática sendo apenas um caminho central para elas, para o problema principal e, por vezes, amplificador.

Em seguida, individualmente foi possível definir todas as categorias alinhadas com o propósito de analisar o problema apresentado, enfatizando suas influências e importância para sua conformação.

Como categoria social, afirma-se que o cenário histórico, já descrito, da origem da sociedade brasileira pela concepção de poder estatal da colônia, que trouxe problemas crônicos de desigualdades sociais e distribuição de renda, que interferem diretamente na desigualdade regional, pois no Nordeste do Brasil, especialmente no interior da região, Há um maior movimento de continuidade das relações com os empregadores beirando a escravidão e os baixos níveis de renda familiar, que constituem barreiras ao desenvolvimento desses indivíduos e, conseqüentemente, do território em que vivem.

O Sudeste, devido a sua maior diversidade econômica e à expansão do apoio estatal às regiões do interior de seu território, mitiga tais discrepâncias sociais e as indústrias não estão concentradas apenas na capital, como no Nordeste, atraindo grande número de empresas e estruturas para vários pontos dos Estados e municípios, melhor distribuindo a renda.

Esses dois pontos do processo histórico das desigualdades regionais, em consonância com as ideias expostas por Valcárcel (2006), somam-se aos demais fatores, subcategorias, da presença da Administração Pública Federal como ator principal no equilíbrio do desenvolvimento sustentável das regiões estudadas.

As subcategorias sociais identificadas: falta de estrutura de saúde pública, alto índice de pobreza/miséria, déficit de gestão pública com articulação entre níveis de governo, descontinuidade das políticas de desenvolvimento regional, aumento da violência, apenas aglutina ou sintetiza uma série de outros fatores que influenciam e potencializam as desigualdades regionais brasileiras.

Como análise global dessas subcategorias sociais, são canalizados os pensamentos de Bresser Pereira (2004), o que demonstra a grande importância do papel da Administração Pública Federal para a interrupção desse processo histórico de desigualdades e de Galeano (2012) traduzindo em seu trabalho as lacunas e o desenvolvimento desigual entre as regiões brasileiras, com maior apoio tecnológico e inovador às empresas no Sudeste, que foram decisivas para o distanciamento dos indicadores das variáveis macroeconômicas na comparação regional.

Nesse sentido, a descontinuidade de políticas públicas que elevariam o nível tecnológico e produziram uma menor diversificação das atividades econômicas na região Nordeste, além da fragilidade das relações intergovernamentais, por razões ora ideológicas ou de troca de poder federal, levaram a todo o país, mas com maior efeito em sua parte norte, os níveis de extrema pobreza e miséria, que se projetam no sofrimento da população com a falta de infraestrutura de saúde pública em suas áreas mais remotas e o alto índice de violência, que cobre, nesse tema, principalmente as capitais.

Esses fatores, derivados da ação deficiente da Administração Pública Federal e da incapacidade do mercado por iniciativa própria de gerenciar soluções ou estabelecer caminhos de evolução social, interferem diretamente no processo do desenvolvimento desigual das regiões, uma vez que criam um cenário socioeconômico que leva à migração forçada para polos mais atrativos que geram maiores rendas, no caso, o Sudeste do Brasil. Além de produzir um ambiente de pobreza e falta de infraestrutura que impedem qualquer possibilidade de atrair empresas e investimentos, no caso, para o Nordeste.

Nesse ponto, destaca-se a categoria econômica, como preponderante na discussão e análise de pontos-chaves das desigualdades regionais, pois o financiamento estatal para as políticas públicas necessárias para o enfrentamento desse problema é essencial, pois as diferenças nas contribuições orçamentárias entre as regiões, oriundas de suas receitas derivadas

de suas atividades econômicas ou da priorização de investimentos pelo governo federal refletem muitos pontos das causas destas desigualdades.

De acordo com essas análises, as subcategorias econômicas se manifestam como a soma de fatores macroeconômicos históricos e os aspectos políticos da ação da Administração Pública Federal nas conjunturas de gestão das atividades produtivas regionais e de infraestrutura, consolidadas na forma de códigos causais em: distribuição de renda, alta taxa de desemprego, falta de habilidades técnicas, déficit de infraestrutura produtiva, centralização em tempos regionais do ciclo financeiro e produtivo, falta de investimentos públicos para aproveitar as potencialidades regionais e, uma subcategoria muito importante, a dívida pública.

De acordo com as concepções de Oliveira (2009), a dívida pública alimentada pelo Estado ao longo da história brasileira, é atualmente um ator importante dentro das interações entre o Estado e o mercado, especialmente o financeiro, em uma relação ajustada à dependência da Administração Pública Federal, que por instrumentos legais não consegue estabelecer uma forma menos árdua de pagar essa obrigação financeira.

As barreiras que decorrem dessa subcategoria impedem um maior investimento da Administração Pública Federal nas regiões, tendo que priorizar esse tipo de gasto público nos Estados federados que facilitam uma maior atração de capital privado, com uma centralização regional do ciclo financeiro e produtivo na região Sudeste, e um déficit na implantação de infraestruturas produtivas nas regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste.

3.3 Aplicação da Metodologia Proposta

Os dados categorizados para compor a análise de influência e colaboração para alcançar as questões centrais deste estudo, seguindo o esquema de análise qualitativa dos dados estabelecidos no percurso metodológico, tiveram sua origem em instrumentos e técnicas de coleta de dados, com métodos de investigação documental e estruturada por vasta revisão teórica. Nessa segunda fase da pesquisa, segundo Vargas Bel (2010, p.68), busca-se que a realidade faça sentido justamente nos mesmos termos que foram questionados sobre ela. Só assim é possível responder à questão de pesquisa, e preparar o banco de dados para o diálogo teórico.

Quanto a Hernández Sampieri, Fernández, Baptista Valencia e Mendoza Torres (2014, p.478), neste ponto da monografia as relações e interconexões entre categorias e tópicos estão relacionadas em uma narrativa analítica, passando a interpretar os resultados e compreender o fenômeno do estudo, a começar a gerar novos pensamentos e, assim, completar metodologicamente o ciclo da análise qualitativa.

Ainda assim, Sandoval Casilimas (1996) afirma:

Este é um processo de juntar pedaços de dados, de tornar o invisível óbvio, de reconhecer o significativo do insignificante, de ligar logicamente fatos aparentemente desconectados, de ajustar categorias umas às outras e de atribuir consequências ao fundo. É um processo de conjectura e verificação, de correção e modificação, de sugestão e defesa. (p.183)

Portanto, em interpretação e modelagem das informações produzidas, instilou-se que a pobreza esteve presente na maioria dos fatos que demonstraram desigualdade regional, o que resultou em uma rotina de migrantes nas estradas em êxodo da região Nordeste do Brasil, principalmente em longos períodos de baixa precipitação pluviométrica e quando os governos federais no poder não intensificaram as políticas sociais de apoio e complemento de renda das famílias nordestinas.

Ficou claro que o mercado em ação individual não absorvia as demandas sociais e tinha uma estrutura insuficiente para desempenhar o papel da Administração Pública Federal na solução das demandas da região.

O Estado, amparado por uma força de trabalho ampla de migrantes, introduziu atividades econômicas na região Sudeste para construir infraestrutura produtiva e social, com investimentos estatais, como a implantação de uma grande rede de drenagem, portos, estradas, ferrovias e saneamento básico, mas mantendo a região Nordeste fora do grande projeto de modernização econômica do país, realizando, ao longo da história, políticas de apoio social às debilidades históricas do Nordeste, como o combate à seca e o incentivo à produção agrícola.

Por meio de uma pesquisa documental vislumbrou-se que os dados coletados com evidências estatísticas, como no relatório do Banco do Nordeste (2016), DIESSE (2016), Informativo Seprac, Brasil (2018), Atlas Brasil (2016), etc., mostravam um direcionamento de recursos privados e estatais para investimentos prioritários na região Sudeste e a mobilidade da mão de obra migrante do Nordeste. Ainda, aponta o distanciamento da influência sobre o PIB nacional da região Nordeste frente ao Sudeste, apesar de seu pequeno crescimento econômico nordestino, as disparidades sociais entre as regiões ficam estampadas nos índices GINI e IDH. Tudo isso constitui o quadro geral da desigualdade regional que acompanha a narrativa histórica do país.

3.3.1 Triangulação de Dados Específicos para cada Técnica

O isolamento dos dados oriundos da coleta literária apoia o pesquisador quando este pretende confirmar ou aprovar os resultados da análise e realizar a validação cruzada entre os dados documentais, como indica Valencia (2000, p.16) na "triangulação de dados é considerada

como o uso de múltiplas fontes para obter diferentes visões sobre um tema para fins de validação". Colabora com o autor, Izcará (2014, p.127), que aponta a triangulação como a possibilidade de interpretar os dados coletados a partir de diversas técnicas.

Nesse contexto, pretendeu-se no tópico criar um *feedback* enriquecido por essa triangulação para obter um relatório final com as categorias pactuadas e contrastadas por cada técnica utilizada, sempre com o apoio da revisão teórica realizada e da análise histórica apresentada das regiões.

A análise das dimensões levou à compreensão de que as externalidades negativas provocadas por atividades econômicas são geradoras de desigualdades. Essas atividades, sem o devido cuidado para preservar as condições de seu ambiente, que coincidem com a delimitação do ambiente físico e social de sobrevivência das pessoas que dependem desse ecossistema, mas também refletem de forma globalizada as externalidades indiretas que são grandes amplificadoras de danos das desigualdades regionais, como os efeitos das mudanças climáticas, que resultam, por exemplo, no agravamento das condições naturais adversas das parcelas do território brasileiro.

Visualizando o papel da Administração Pública Federal em um plano ou nível de dependência e influência de cada categoria e subcategoria analisada, a educação e a pobreza recebem e direcionam as demais subcategorias e subcategorias, mostrando que caminham juntas e são preponderantes para potencializar ou ampliar o universo das desigualdades regionais. Portanto, com esse tipo de percepção, identificam-se os vínculos dos dados compilados e realiza-se uma análise conjugada dos fatores que justificam a interpretação condutiva das respostas às questões e dos objetivos da pesquisa.

Consequentemente, para estudar esse tema, todas as dimensões foram tratadas de forma relacionada e singular em relação ao papel da Administração Pública Federal no cenário estabelecido, não podendo nenhuma subcategoria ser isolada, a partir de dados colecionados nas bibliográficas e documentais e priorizados por critério de maior destaque nos argumentos dos referenciais teóricos sobre desigualdade, atuação da administração pública e desenvolvimento sustentável.

Assim, como guia para essas análises, seguiu-se um caminho hermenêutico e, a fim de fortalecer o diálogo teórico, os fatos históricos foram inseridos na triangulação, pois na argumentação mostrou-se como a origem das causas da influência direta na formação da desigualdade regional, fatos esses impulsionados pela ação da Administração Pública Federal. Neste fulcro, eles acabaram aparecendo como componentes de todos os conjuntos de dados,

estando presentes direta ou indiretamente ou dando origem às categorias e subcategorias listadas.

Portanto, a desigualdade e a presença da Administração Pública Federal para o desenvolvimento regional passam por uma análise não apenas dimensional de fatos do século XXI, mas baseada em um contexto histórico, que além de interferir em categorias, forma culturas que se alinham e mantêm a sociedade compactada em uma direção comum, seja para o mal ou para o bem, mas devem ser respeitadas em qualquer estudo de uma realidade problemática.

Assim, a monografia transitou junto com a busca da observância do rigor científico e metodológico em todas as fases da via de abordagem qualitativa, dependendo do problema colocado, construindo uma base para responder às questões e obter esclarecimentos de todos os seus objetivos, conforme indicado por Vargas Beal (2010, p.64).

4. Análises e discussão

Este capítulo mostra o resultado do trabalho de coleta de informações com o confronto de dados formados em estruturas sequenciadas em subcapítulos e analisados para responder às perguntas de pesquisa e chegar a resultados finais, como aponta Vargas Beal (2011).

Buscou-se, finalmente, discutir os resultados obtidos durante o trabalho de coleta e tratamento de dados, mas já de forma que aponte rumos interpretativos das revisões bibliográficas e documentais realizadas, no intuito de responder à questão e os objetivos específicos da pesquisa. Portanto, está organizado em dois subcapítulos, começando com a descrição dos fatores que identificam a desigualdade regional entre as Regiões Nordeste e Sudeste brasileiras, a partir das dimensões histórica, social, política e econômica, descritas em subtópicos e, por fim, identificando o papel da administração pública no desenvolvimento regional não equitativo das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Nesse contexto, esta pesquisa foi instituída para estudar a presença da Administração Pública Federal para o desenvolvimento das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, para a qual priorizou conhecer os pontos de convergência ou ruptura do desenvolvimento causados pela ação da entidade nacional nas regiões Sudeste e Nordeste.

Também se estabeleceu como categorias relevantes as dimensões histórica, econômica, política e social para estruturar a análise dos dados coletados e engajá-los no diálogo teórico.

A partir disso, as desigualdades sociais comparativamente por região tiveram seus pontos e efeitos causais identificados dentro de uma análise interpretativa, considerando o papel da Administração Pública Federal no desenvolvimento diferenciado nas regiões do Brasil.

4. 1 Desigualdade entre as Regiões Nordeste e Sudeste

Para estabelecer uma realidade problemática baseada em dados e destaques literários, pode-se descrever a desigualdade regional baseado em iniciativas históricas da administração pública, trazendo o seu contexto para as outras dimensões tratadas nesta pesquisa: econômica social e política.

Visto o elenco de dados relatados em síntese narrativa na introdução e ao longo do referencial teórico, faz-se necessário o detalhamento das dimensões para facilitar a análise interpretativa.

4.1.1 Dimensão histórica

A história econômica, social e política mundial retrata a trajetória da discrepância na distribuição da riqueza e, nos acontecimentos de exploração dos povos, a subtração de oportunidades e a falta de humanidade. Ainda, a análise das consequências dessas injustiças e desequilíbrios traduz a diferença de desenvolvimento dos países e nas regiões desses Estados Nacionais.

A desigualdade social é simplificada por consequências expostas como justificativa para as acusações de erros de direção de políticas baseadas em ideias de direita e esquerda, liberais e socialistas. No entanto, esquecem-se de contemplar e analisar o que aconteceu com essas pessoas ao longo da história e o futuro que buscam, com seu ambiente socioambiental, para chegar a uma verdadeira interpretação da falta de equidade na ação da Administração Pública Federal.

Na historiografia, a versão imperialista e triunfalista dos direitos humanos consiste em olhar para todo o passado como uma luta constante entre os princípios do bem e do mal, dominantes e dominados, santos e pecadores, burgueses e proletários. Quando aplicada à realidade atual, essa visão tende a produzir uma imagem extremamente simplificada do mundo, onde tudo depende do compromisso moral e dos valores éticos das pessoas voluntárias e governantes, sem espaço para percepção e reconhecimento de situações complexas, valores e interesses conflitantes, efeitos das ações paradoxais e inesperadas de ações e preferências individuais e grupais. Esse empobrecimento da compreensão da realidade tem seu preço, que muitas vezes é difícil de alcançar os objetivos que se busca alcançar efetivamente. (SCHWARTZMAN, 2004, p.9)

A história não só estruturou a capacidade de pensamento em torno de universos econômicos, como, contraditoriamente, mostrou a necessidade de interpretar o próprio desenvolvimento econômico de uma maneira mais ampla, humana, menos racional.

Com o novo conceito de desenvolvimento, surgem as principais questões: se não houver desenvolvimento nos países africanos, a Europa terá nações plenamente desenvolvidas? A América Central é um grande obstáculo ao pleno desenvolvimento dos EUA e do continente sul-americano tanto quanto o Brasil? E o Brasil, as suas regiões e as suas desigualdades?

Ao avaliar o grau de desenvolvimento, além dos indicadores de distribuição de renda e aqueles diretamente associados à qualidade de vida (saúde, educação), a questão das desigualdades regionais é de particular relevância, especialmente em grandes países territoriais como o nosso (Brasil). (PAULANI E BRAGA, 2017, p. 366)

Entra no cenário deste estudo, as desigualdades das regiões brasileiras. O problema global se reflete em um país ou o início da desigualdade global é modulado a partir de microcosmos regionais, como os brasileiros.

Esse microcosmo nesta monografia foi delimitado pelas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil e tem sua história de desigualdade que se inicia na década de 1530 com a implantação por Portugal do sistema de capitanias hereditárias no início real da fase colonial brasileira.

O aspecto histórico da desigualdade é importante para montar as bases de análise das dimensões econômica, social e política, a partir do percurso metodológico definido para o estudo.

A colonização portuguesa no Brasil foi definida pela exploração dos recursos naturais e por um sistema de economia baseado no monopólio comercial exclusivo com a metrópole, na monocultura agrícola e nas grandes propriedades, doadas a privilegiados pertencentes ao grupo de favoritos da corte, fundamento da futura política brasileira de "retribuição".

A expansão e conquista de novos territórios permitiu à coroa portuguesa atribuir cargos e posições civis e militares, conceder privilégios comerciais a indivíduos ou grupos, dispor de novos rendimentos de acordo com os quais eram distribuídos. Tais concessões foram a implantação de uma cadeia de poder e redes de hierarquia que se estendia a partir do reino, propiciando a expansão dos interesses metropolitanos, estabelecendo vínculos estratégicos com os colonos.

Através da distribuição de misericórdias e privilégios, o monarca não só retribuiu o serviço dos vassallos no exterior em defesa dos interesses da coroa e, portanto, do bem comum. Também reforçou os laços de sujeição e o sentimento de pertencimento dos próprios vassallos à estrutura política do Império, garantindo sua governabilidade. Materializou-se assim forjando a própria dinâmica das relações imperiais, uma dada noção de aliança e soberania, caracterizada por valores e práticas tipicamente do Antigo Regime, ou, dito de outra forma, por uma economia política de privilégios. (FRAGOSO, GOUVÊA E BICALHO, 2000, p.75).

Através da distribuição e troca de benefícios entre Portugal e os "Donatários de Capitanias", criou-se um vínculo de favores sem limites éticos ou um pensamento social

alargado e, portanto, longe de gerar um bem público. Então, marcou-se a relação entre administração pública do Estado e a sociedade. O Brasil teve seu modelo econômico e político baseado na centralização do poder e dos recursos, incluindo a terra, a monocultura e a exploração do trabalho não remunerado ou escravo. Portugal estipulou um desenvolvimento colonial estruturado na exploração escrava, da pobreza e da inobservância dos direitos fundamentais, um colonialismo mercantilista, que pode ser definido como "o primeiro passo para a desigualdade".

Para além da empresa comercial e do regime das grandes propriedades, acrescentemos um terceiro elemento: o trabalho obrigatório. Também aqui a regra será comum a toda a América Latina, embora com variações. Diferentes formas de trabalho compulsório predominaram na América espanhola, enquanto uma delas, a escravidão, foi dominante no Brasil. (FAUSTO E FAUSTO, 1994, p.27)

O Brasil Colônia foi dividido em capitanias hereditárias e estas divididas em grandes propriedades agrícolas chamadas "sesmarias" com plena exploração do trabalho escravo e sem a distribuição equitativa da riqueza gerada entre os demais homens livres vindos da Europa, que exerciam trabalho remunerado.

Devido a essas circunstâncias da relação capitalista, o termo "economia estruturada baseada na pobreza" é cunhado aqui, coincidentemente a principal causa da futura desigualdade regional, pois o sistema teve sucesso em poucas capitanias, mas teve uma longa fase favorável na Capitania de Pernambuco, com o cultivo da cana-de-açúcar, atual região Nordeste do Brasil, o que impossibilitou ou represou a busca de novos rumos sociais e econômicos, como se verá na região Sudeste.

Esse cenário histórico inviabilizador da distribuição equitativa da riqueza retrata que a pobreza no Brasil foi desenhada antes que resultados econômicos insuficientes se refletissem na desigualdade socioeconômica. Com a falta de um mercado interno de consumo inexistente, devido a esse modelo, e com a dependência comercial da metrópole, a pobreza necessariamente gerou a estrutura socioeconômica negativa responsável por uma das barreiras mais fortes ao desenvolvimento do país.

Com o fracasso econômico e político da maioria das capitanias hereditárias, o poder foi centralizado em um governo geral, com a intenção portuguesa de promover o desenvolvimento da população, a ocupação e a defesa do território através da expulsão dos invasores, o controle das tribos indígenas rebeldes e em outra dimensão, estabelecer um sistema econômico, baseado principalmente na produção de insumos agrícolas de grande valor comercial no exterior, com um sistema mercantilista, estabelecido pelo monopólio comercial entre a metrópole e a colônia.

Esses dois objetivos da metrópole trouxeram a necessidade de expansão do trabalho escravo, daí a economia estruturada na pobreza, com grandes propriedades, monoculturas e trabalho escravo, agora com grandes contingentes de negros africanos.

Ao mesmo tempo, na parte norte do hemisfério americano, as colônias inglesas foram povoadas e não colonizadas, com modelo que gerou Estados com maior igualdade social.

Em geral, no início do assentamento, a terra foi dividida entre imigrantes europeus financiados pelo Estado europeu de acordo com a diversidade geográfica ou econômica, "com uma criação incipiente de mercado interno e indústria naval, para atender às necessidades das colônias das Antilhas para a exportação de açúcar produzido naquela região, somente após alguma fraqueza na produção, o sistema foi modificado. (PRADO, 2012, p.32-34)

Essa diferença na ocupação dos territórios conquistados pelos portugueses, no mesmo estilo que os espanhóis em grande parte da América Latina em comparação com os assentamentos ingleses, reflete as disparidades no progresso futuro entre as colônias anglo-saxônicas do norte do continente e os países latino-americanos e, especificamente, para este objeto de estudo, o Brasil.

As colônias do norte dos Estados Unidos se desenvolveram assim na segunda metade dos séculos XVII e no século XVIII como parte de um sistema mais amplo em que o elemento dinâmico são as regiões das Índias Ocidentais que produzem produtos tropicais. O fato de as duas partes principais do sistema, a região produtora da mercadoria para exportação e a região fornecedora da primeira, terem sido separadas é de importância fundamental para explicar o desenvolvimento de ambas. Surgiu uma economia semelhante à Europa contemporânea, isto é, impulsionada de dentro para fora. (FURTADO, 2007, p.58)

O Brasil, durante todo o período colonial até a chegada da família real em 1808, teve seu sistema político estruturado na liderança local dos grandes latifundiários, como afirma Castro (1994), com o governo central sem influência ou poder sobre as capitanias, para a formação do clientelismo imperial, do *coronelismo*, do *paternalismo* e outros "ismos" da vida política brasileira, que sempre influenciaram o distanciamento da Administração Pública Federal dos interesses nacionais, centrados nos anseios dos grupos de poder. (p.32-34).

Do lado econômico, o sistema mercantilista dependia fortemente de um ciclo de produtos tropicais valorizados no exterior, tendo a cana-de-açúcar como foco principal, limitando a diversidade econômica colonial.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, a configuração sociocultural e econômica teve uma importante mudança, refletida na política estruturada em torno da nova localização do poder imperial e dos costumes da nobreza. O regime imperial mudou seu foco para a nova capital do país desde 1763, o Rio de Janeiro, e abriu os portos brasileiros ao comércio exterior,

fato que atraiu mais entradas de comerciantes e viajantes estrangeiros, transformando o ambiente social, cultural e cultural de alguns centros urbanos brasileiros.

A capital, o Rio de Janeiro, por incentivo da corte, recebeu grande influência europeia e que se espalhou para outros centros urbanos, confirmando o distanciamento dos modos de vida e consumo, fato que separou ainda mais o campo destes novos centros urbanos brasileiros. Foi o primeiro ponto nítida da atividade política na geração de desigualdade das condições de desenvolvimento das cidades pela ação estatal.

Esse novo modo de vida diferenciava a população urbana não apenas de acordo com os níveis econômicos, mas principalmente do ponto de vista cultural, uma vez que os estratos superiores adotavam o refinamento e o tom da vida intelectual como símbolo de distinção. A partir deste período, a vida nas cidades mais ricas, em comparação com a do campo, começou a ser muito diferente em qualquer nível social. (OLIVEN, 2001, p.4).

A centralização no Rio de Janeiro da vida cultural e econômica do país e da região Sudeste, o estímulo a novas atividades produtivas, potencializadas pelas riquezas de ouro e diamantes de Minas Gerais e o início da cafeicultura em São Paulo, chamaram a atenção de todos, desde a coroa portuguesa até a capital do reino luso-brasileiro e para a região, intensificou o comércio e o desenvolvimento regional, segundo Calógeras (1938, pp. 82 e 83).

A abertura dos portos às nações amigas, a expansão do comércio, os bancos, o incentivo à indústria com a liberação da montagem das fábricas, os novos cursos universitários, são exemplos de medidas administração pública portuguesa para impulsionar a economia local, com a região desenvolvendo-se à custa da dívida, principalmente com financiamento da Inglaterra e a emissão de títulos públicos que comprometeriam o futuro econômico do país.

Enquanto isso, no Nordeste, a antiga capital Salvador e seu entorno regional ainda desempenhavam o papel de produtores agrícolas e financiadores de verdadeiros luxos da realeza fundada no Rio de Janeiro, sem desenvolvimento tecnológico e competindo com um mercado cada vez mais tecnicamente desenvolvido de concorrentes externos e sofrendo variações no preço do mercado internacional, passando por altos e baixos econômicos e vendo sua população rural sofrer o estranhamento, o abandono da administração central e o aumento de impostos, mesmo assim.

Ainda neste contexto, Dom João convocou tropas de Portugal para proteger as principais cidades e organizou o Exército, reservando os melhores postos para a nobreza portuguesa. A carga de impostos aumentou, por consequência a colônia teve que assumir as despesas da corte sozinha e as despesas das campanhas militares que o rei promoveu no Rio da Prata. Acrescenta-se a isso o problema da desigualdade regional latente e derivada de atos da gestão inconsequente da elite política portuguesa. “O sentimento predominante no Nordeste era o de que, com a

chegada da família real ao Brasil, o domínio político da Colônia havia deixado de ser uma cidade estranha para uma igualmente estranha, ou seja, de Lisboa ao Rio de Janeiro.” (Boris, 1996, p.80)

Na esfera social, o país teve sua primeira migração espontânea com a corrida do ouro e a próspera corrida social e econômica do Sudeste, fato que inundou a capital de pobreza e esvaziou o mercado de escravos do Nordeste, mas uma dívida paga pelos produtores do Nordeste.

O cenário histórico de desigualdades não muda com o retorno da família real a Portugal e logo após a independência proclamada por D. Pedro I, surgiram rebeliões por todo o Brasil, na tentativa de maior justiça social e buscando a separação da corte que sempre esteve ausente aos problemas regionais. Mas não houve sucesso e o país continuou sua jornada para expandir as desigualdades regionais agora com a pobreza do *sertanejo*, que foi conduzido para o interior do país empurrado pelas grandes culturas, que propiciaram riquezas aos donos do *engenho*, futuros coronéis, segundo Carvalho (1997). Estes consumiram a nova cultura urbana, endividada com o sonho das casas da cidade e a ostentação do título de Senhor do Destino dos escravos e apadrinhados, futuros pobres "livres" do Nordeste e imigrantes do século XX.

O Brasil Imperial libertou escravos no final do século XIX, mas não trouxe esperança para novos rumos de equidade social. O negro libertado das correntes da escravidão, era escravo de um destino de abandono social e sem apoio da Administração Pública Federal, sem direção ou emprego nas fazendas endividadas, migra para cidades já incipientes com uma indústria básica que se baseia em mão de obra barata disponível em grandes quantidades até o fim da escravidão. Os negros que permaneciam nos campos agrícolas eram submetidos a mão-de-obra servil em troca de sua sobrevivência. Assim, constituiu-se a exploração de homens livres em trabalho escravo no Brasil.

O negro libertado da escravidão escrava, tornou-se escravo de um destino de abandono social e sem apoio estatal, falta de objetivos e emprego em fazendas endividadas, migra para cidades já incipientes com uma indústria básica que se baseia na mão de obra barata disponível. em grande número no final da escravidão. Os negros que permaneciam nos campos agrícolas eram submetidos a trabalho forçado em troca de sua sobrevivência. A exploração de homens livres em trabalho escravo estava estabelecida no Brasil.

A Proclamação da República trouxe ar democrático ao país e um sopro de novos dias para os direitos fundamentais dos brasileiros em todo o território nacional. No entanto, o início político demonstrou o agravamento da concentração de poder, com a política de "café com leite", os políticos de Minas Gerais e São Paulo centralizaram os esforços de desenvolvimento

do governo para o eixo Sudeste, enquanto o resto do país produziu o que era possível para sobreviver, vendo seus "coronéis" perderem força política e financeira e serem usados pelo sistema de poder vigente.

A Proclamação da República não alterou profundamente as estruturas socioeconômicas do Brasil imperial. A riqueza nacional permaneceu concentrada na economia agrícola de exportação, baseada em monoculturas e grandes propriedades. O que se acentuou foi a transferência de seu dinâmico centro para a cafeicultura e a conseqüente mudança no polo dominante da política brasileira das antigas elites cariocas e do Nordeste para os grandes produtores de café de São Paulo. (COSTA, 2008, p.839)

Como novo ciclo econômico primário, as exportações de café aproveitam o comércio internacional e a imigração europeia para seu cultivo, e o financiamento da atividade traz um elemento-chave para o futuro do país, que é o aumento da dívida externa e a dependência econômica de países estrangeiros, que começou com a manutenção dos luxos da corte real no Brasil e as guerras do período imperial. A Inglaterra e a França financiaram a economia do Sudeste e o resto do país ajudará a pagar a conta sem retorno de benefícios efetivos.

O Nordeste e suas monoculturas tecnologicamente não melhoradas ao longo do tempo ficaram à mercê da fortuna da valorização seus produtos no mercado internacional e, ainda, sofrendo concorrência de países onde a tecnologia já agregava técnicas produtivas que reduziram custos e aumentaram a produtividade.

Com a Segunda República, o governo rompedor do sistema cafeeiro e de produtores mineiros chegou em 1930, com o ar de validar o discurso de integração e desenvolvimento nacional do país, mas antes conservador *status quo* em suas atitudes, a polarização econômica da região Sudeste se expande com os primeiros sinais da hegemonia de São Paulo como o grande Estado industrial do país, com o fortalecimento do Porto de Santos e a infraestrutura de transporte terrestre estabelecida a partir do Brasil imperial e a evolução do capital do café.

Em 1945, com a queda do Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra foi eleito para governar o Brasil na chamada Quarta República, estabeleceu um governo liberal sob uma nova constituição ao mesmo tempo que o início da Guerra Fria no mundo. A nova Carta Magna promulgada em 1946 restaurou uma série de direitos democráticos e políticos aos cidadãos, incluindo a garantia do direito e da obrigação do sufrágio feminino, mas não uma nova direção que favorecesse o desenvolvimento do Brasil. O incentivo à importação como medida econômica do Governo, esvaziou as reservas internacionais do país e, apesar do crescimento com o plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), o Brasil não reduziu seus flagelos históricos, incluindo a desigualdade regional.

Getúlio Vargas volta ao poder substituindo Gaspar Dutra, por meio de formas democráticas em 1950, faz um governo de continuidade populista, baseado na propaganda trabalhista, mas voltado para os trabalhadores da indústria crescente no Sudeste. Os trabalhadores rurais foram reféns de migalhas legais, incentivando o crescimento do Partido Comunista no Brasil, carimbado nos resultados das eleições após a era Vargas.

Com a assunção de Juscelino Kubitschek, a década de 1950 marcou o período mais latente de segregação do Nordeste pela intervenção estatal na economia, com base nas ideias inovadoras da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com uma política "desenvolvimentista", o governo Kubitschek incentivou a iniciativa privada, "defendeu a industrialização acelerada apoiada na parceria entre o capital nacional e estrangeiro, com ênfase na indústria de bens duráveis" (Costa, 2008, p.848), essencialmente nos Estados do Sudeste e do sul, com a abertura de fábricas de automóveis e eletrodomésticos, que atraíram mão de obra do Nordeste, causando o êxodo de milhares de famílias.

O período anterior ao regime militar variou do nacionalismo ao desenvolvimentismo baseado nas ideias *cepalinas* que ganhavam força no mundo latino naquela época, com o Manifesto CEPAL de Prebisch, que estimulava os países da região a projetos de industrialização, tomados como o caminho certo para o desenvolvimento efetivo.

A realidade está destruindo na América Latina aquele esquema passado de divisão internacional do trabalho que, depois de ter adquirido grande força no século XIX, continuou a prevalecer doutrinariamente até muito tarde no presente. Nesse esquema, a América Latina foi responsável, como parte da periferia do sistema econômico mundial, pelo papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. (PREBISCH, 2012, p.5).

O Brasil Agrário caminhava para aumentar substancialmente as distâncias regionais com uma política de instalação de indústrias em áreas do sul e Sudeste, enquanto o Nordeste permanecia "periférico", às margens de progresso.

Na realidade mundial de Prebisch, o Nordeste em relação ao Sudeste estava no esquema da divisão internacional do trabalho, correspondendo como parte da periferia do sistema econômico brasileiro, com o papel específico da produção agrária, serviços e poucas indústrias, do trabalho de baixa remuneração devido à interferência histórica da Administração Pública Federal.

Com o advento do regime militar em pretensa oposição à crescente influência do comunismo na vida política de vários países, descrito como um grande risco para os direitos civis e políticos, do ponto de vista democrático na Guerra Fria, o Brasil testemunhou uma reorganização de suas estruturas administrativas e um crescente aumento em sua infraestrutura

de produção. Foram anos de crescimento econômico, mas não de redução das desigualdades regionais, antes da crise econômica que impulsionou a redemocratização do Brasil.

O período 1950/85 caracterizou-se por um processo de concentração espacial do desenvolvimento na região Sudeste com grande contribuição de investimentos estatais, o que também foi resultado da tendência das décadas anteriores, ampliando a distância da implantação de infraestruturas produtivas e instalações de novas atividades econômicas, principalmente industriais, entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil.

Com os militares, a região Sudeste expandiu sua classe média como reflexo do crescimento e diversificação econômica, outro ponto de desenvolvimento mais desigual frente ao Nordeste, que só sofreu historicamente com a concentração de renda causada pelas medidas econômicas do governo.

Segundo Barros (1997, pp. 5 e 6), durante o período do "milagre" houve um grande crescimento na demanda por bens de consumo duráveis, que decorreu principalmente do consumo da classe média concentrada nas grandes cidades do Sudeste do Sul, atraindo grandes investimentos nessas regiões e levando-as a uma maior concentração regional.

Com a redemocratização do país, a sexta república trouxe a Nova Constituição em 1988. Uma série de direitos individuais foram garantidos e o texto abrangente abrangeu a legislação sobre vários tópicos, incluindo a desigualdade regional:

Art. 3º Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são: I – [...];
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 IV-[...]
 Artigo 43. Para efeitos administrativos, a União pode articular a sua ação no mesmo complexo geoeconômico e social, com o objetivo do seu desenvolvimento e da redução das desigualdades regionais. [...]
 Artigo 170.º A ordem econômica, baseada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, visa assegurar uma existência digna para todos, de acordo com os ditames da justiça social, observando os seguintes princípios:
 I – [...];
 VI - Proteção do meio ambiente, inclusive por meio de tratamento diferenciado de acordo com o impacto ambiental dos produtos e serviços e seus processos de processamento e fornecimento;
 VII - redução das desigualdades regionais e sociais. (BRASIL, 1988)

As previsões contidas na Carta Magna não foram implementadas devido à instabilidade política, pacotes econômicos duvidosos de suas metas de desenvolvimento, com exceção do Plano Real, que pelo menos reduziu a inflação a níveis gerenciáveis e, principalmente, às ações antiéticas dos políticos, que amplificaram as crises econômicas e sociais que levaram o país às maiores taxas de desigualdade social da história da Nova República.

Além do exposto, como aponta Genari (2002), o Brasil também adotou um conjunto de políticas econômicas na década de 1990, baseadas no Consenso de Washington, que estipulava um processo de abertura comercial e financeira e a saída da Administração Pública Federal da economia, fatores que explicam a redução do grau de industrialização no país, desde a década de 1930 dirigida pela intervenção direta da Administração Pública Federal. Como principais resultados dessa experiência, houve uma mudança qualitativa na estrutura produtiva e inserção externa, cada vez mais intensiva em recursos naturais, principalmente no Norte e Nordeste, o que levou a limitações no crescimento a longo prazo dessas regiões e ao aumento das desigualdades.

Parece que as consequências mais imediatas da implantação de tal estratégia no Brasil são: 1) crescimento do desemprego estrutural e conjuntural (segundo dados do próprio IBGE o Brasil ocupa a segunda posição no mundo em maior índice de desemprego); 2) eliminação de parcela considerável da indústria de capital nacional, via falências ou incorporações; 3) [...] 6) manutenção das profundas desigualdades sociais e regionais. (GENNARI, 2002, p. 43)

Nesse cenário, os números da pobreza aumentaram, não muito diferentes em todo o território nacional, mas o Nordeste teve consequências históricas que potencializaram os sintomas da crise e tornaram públicos os males causados por um governo baseado em linhas ideológicas capitalistas liberais. A improdutividade das políticas públicas para resolver as desigualdades brasileiras devolveu a esquerda ao poder nacional no início do século XXI, mas sem grandes frutos ao final, conforme Paulani (2017, p.138).

Do começo dos anos 1990 até meados dos anos 2000, portanto, a política econômica seguiu, às vezes mais e às vezes menos estritamente, as regras do assim chamado “consenso macroeconômico”, com rígidas políticas fiscal e monetária, elevadas taxas reais de juro e taxa de câmbio sensivelmente apreciada. Mesmo a ascensão ao governo federal, em 2003, de um partido de esquerda, comandado por um líder operário e forjado na luta contra a ditadura militar, não mudou praticamente nada nessa história.

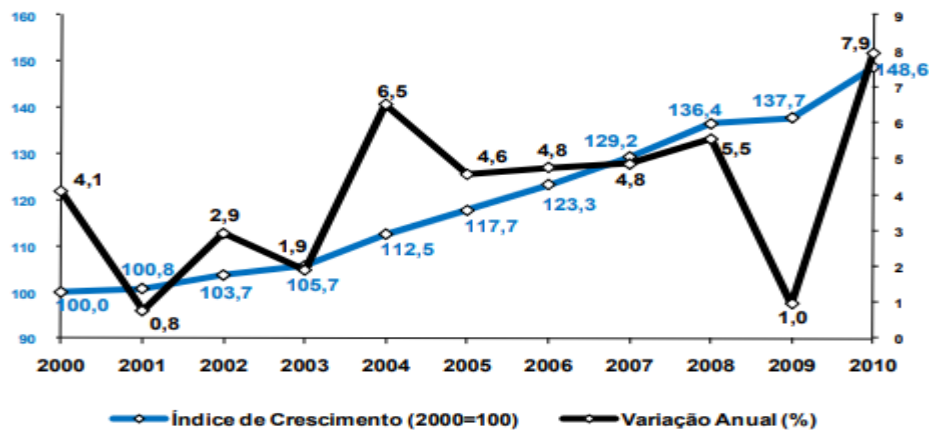
Em 2002, o governo de Luís Inácio Lula da Silva prometeu combater as desigualdades do Brasil, incluindo as diferenças de desenvolvimento entre as regiões brasileiras. O juramento persistiu durante o período de Dilma Rousseff. Fatores levaram a uma adaptação do modelo do Partido dos Trabalhadores (PT), que serve de fulcro para demonstrar que os modelos liberais e de bem-estar social podem ser combinados e seus derivados podem fornecer uma ação estatal alternativa muito interessante, levar o país a um centro ideológico ou a uma atuação cíclica, de acordo com as demandas do cenário socioeconômico do país.

A teoria do padrão cíclico de intervenção estatal pode ajudar a resolver o enigma que o Estado coloca à sociedade. Essa teoria nos ensina que um ataque global ao Estado, como vemos agora, é tão irracional quanto uma defesa irrestrita do modelo estatista. O Estado é uma parte essencial do capitalismo.

O mercado sozinho nunca pode coordenar uma economia capitalista. O mesmo vale para o socialismo. (BRESSER PEREIRA, 1992, p.247)

O Nordeste teve um grande avanço econômico no governo do PT, reduzindo a desigualdade regional em relação ao Sudeste, com grandes investimentos federais em estruturas econômicas e obras sociais. O polo industrial se expandiu e a relação de influência na composição do PIB nacional aumentou, com crescimento histórico no período, como mostra a figura abaixo.

Figura 3. Taxas de crescimento e variação do PIB real no Nordeste - 2000 a 2010.



Fonte: IBGE (2011)

O Nordeste teve ao longo da história um amplo pacote de políticas voltadas para o crescimento econômico como prioridade para o desenvolvimento do país, sem abordar o plano de governança com atenção às dimensões ambientais e sociais que se concentra principalmente no desenvolvimento equitativo e sustentável.

Assim, na análise, pode-se destacar que o Brasil foi fundado com estruturas de todas as dimensões do desenvolvimento, devastado em seu ambiente florestal com a extração do pau-brasil, a economia fundada com a exploração de escravos, com a centralização dos recursos produtivos, origem da pobreza, e colonizadores nascidos de um sistema de favores e, devido à falta de estrutura de investimento da colônia para atrair pessoas dispostas a povoar as novas terras, grandes contingentes de segregados sociais portugueses foram enviados e escolhidos da coroa para os favores do Estado, fatos que comporiam o futuro ético do Brasil.

Um dos mais notáveis investigadores da história de Portugal salientou, apoiado por extensa documentação, que a nobreza, por mais preponderante que fosse em qualquer momento, nunca poderia aí constituir uma aristocracia fechada; A generalização dos mesmos nomes a pessoas das mais diversas condições, observa, não é um fato na sociedade portuguesa. (HOLANDA, 1984, p.35)

Diante disso, é possível perceber que o contexto histórico de estruturação da desigualdade regional espelha o cenário atual.

4.1.2 Dimensão econômica

De acordo com Paulani e Braga (2017), o desenvolvimento completo de um país não pode ser avaliado positivamente apenas por um grande crescimento de seus indicadores e desempenhos macroeconômicos positivos, se não levar em conta os demais aspectos da contabilidade social, o que inclui os resultados positivos desse crescimento nos índices de desenvolvimento social.

Portanto, o Brasil tem que melhorar seus rumos econômicos para alcançar o crescimento, alcançando um estágio mais elevado no desempenho fiscal nas funções básicas: alocação, distribuição e estabilização, como argumenta (Oliveira, 2009), permitindo um maior equilíbrio do desenvolvimento regional.

A desigualdade econômica entre as regiões Sudeste e Nordeste, além dos dados históricos apresentados, está estruturada em alguns pontos-chaves para analisar essa dimensão, como a maior concentração de polos industriais e tecnológicos na região Sul e, sobretudo, o nível de investimento do governo federal nas áreas de infraestrutura, educação e saneamento concentradas nessa região, como cita Galeano (2012, p. 116):

No Brasil, as ações de políticas para crescimento econômico com integração nacional, ou seja, desenvolvimento de forma homogênea entre as regiões, mostraram-se insuficientes, principalmente após o ano de 1985. Conforme Monteiro Neto (2006), a questão da determinação da localização espacial dos investimentos fora deixada por conta dos interesses do setor empresarial privado, mantendo uma trajetória concentracionista em termos regionais.

Além disso, segundo Monteiro Neto (2006), um fator importante foi na região Sudeste que o país fez as primeiras políticas econômicas para a diversificação de sua produção, surgindo as primeiras indústrias e polos comerciais relevantes, o que aumentou a distância histórica do nível de desenvolvimento entre o Sudeste e o Nordeste.

A história tem mostrado que, por iniciativa de alguns pioneiros, como Cândido Rondon, o Brasil ganhou sua dimensão territorial que possui e povoou as regiões do interior, subsistindo por meio de atividades agrícolas que forneciam alimentos às grandes cidades, ao mesmo tempo em que se preocupava com as grandes culturas de exportação e o comércio internacional, como descreve Ribeiro (1995, p.339): "Na natureza, depois nas Caatingas e, finalmente, nos cerrados, desenvolveu-se uma economia pastoril, originalmente associada à produção de açúcar como fornecedora de carne, couro. Sempre foi uma economia pobre e dependente."

Essa imagem retrata o povo nordestino em sua história econômica, sempre dependente do consumo de seus produtos de baixo valor agregado pelas regiões brasileiras, mas executado com iniciativa local, sem um plano de crescimento adequado e de apoio tecnológico e infraestrutura produtiva da Administração Pública Federal.

Como aponta Cohn (1978, pp. 55 e 56), o Nordeste no papel socioeconômico nacional era simplesmente um "fornecedor de alimentos e matérias-primas de origem agrícola, bem como de mão de obra barata, nas áreas mais desenvolvidas do país". Por outro lado, consumia artigos manufaturados, produzidos no Sudeste, nesta época já em avançado processo industrial em relação ao restante do país.

Ao longo do tempo, o governo brasileiro tentou implementar medidas de desenvolvimento regional, como a criação de superintendências, como a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), implementada em 1959 pelo presidente Juscelino Kubitschek para desenvolver a região e reduzir a desigualdade com outras áreas do país.

O resultado não foi positivo, e a instituição, atormentada por críticas e por gestão com resultados não efetivos, foi extinta em 2001 e recriada em 2007 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com base na concessão de incentivos fiscais para impulsionar as facilidades e o crescimento das empresas da região e a gestão de fundos de financiamento empresarial. Apesar dos grandes sucessos em algumas áreas, dificilmente uma empresa governamental causaria grandes transformações socioeconômicas nem reduziria as desigualdades entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, como cita Monteiro Neto (2006, p.40)

De um lado, o amplo leque de instrumentos e de recursos montado entre as décadas de 1960 e 1970 passou a ser fragilizado pela crise macroeconômica; de outro, a internacionalização passiva da estrutura produtiva brasileira na década de 1990 tornou em muitos sentidos obsoletos os instrumentos e as instituições voltados para o desenvolvimento regional. Trespasado por problemas de menor efetividade e de eficácia da aplicação dos incentivos e por processo de má gestão das instituições regionais (Sudam e Sudene), o Governo FHC considerou extintos, por meio da Medida Provisória no 2.146-1, de 4/5/2001.

De qualquer forma, a estrutura no período até 2014 da Superintendência refletia os arranjos organizacionais anteriormente utilizados, embora tenha sido consideravelmente ampliada em termos de unidades administrativas, de linha ou de pessoal. Apesar desse crescimento, “a estrutura existente não cumpre adequadamente as tarefas que a Instituição deve cumprir em determinados campos de atuação, dentre os quais se destaca a coordenação dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional” (Carvalho, 2014, p.271).

Ao contrário, o Sudeste teve uma grande influência da Administração Pública Federal em seu desenvolvimento econômico concentrando uma atividade vital para o desenvolvimento equitativo das regiões. Como evidenciado pela centralização empresarial, sendo que as maiores indústrias do Brasil estão sediadas na região Sudeste e apenas uma de grande porte no Nordeste, a Braskem, localizada no polo Camaçari (BA) do Setor Químico e Petroquímico, o qual

apresenta atualmente grandes dificuldades para o fluxo produtivo devido à falta de infraestrutura ideal, o que se coaduna com o pensamento de Monteiro Neto (2006, p.7):

Ademais, deixada a questão da determinação da localização espacial do investimento exclusivamente aos interesses do setor empresarial privado, as expectativas confluíam para a consolidação de uma trajetória definitivamente concentracionista em termos regionais. Para integrar-se competitivamente na economia global, o sistema empresarial brasileiro precisaria reforçar sua posição no mercado interno racionalizando plantas (fechando filiais localizadas nas regiões periféricas), buscando obter ganhos de escala e de aglomeração que só o mercado da região mais desenvolvida poderia fornecer.

O Governo Federal atua economicamente mais incisivamente no Nordeste, quando as desigualdades regionais afetam o desenvolvimento de áreas mais desenvolvidas do país, provocando migrações forçadas pela seca, assumindo um caráter socialmente relevante na mídia, expressando a fragilidade da estrutura de distribuição de investimentos da Administração Pública Federal e colocando em risco o equilíbrio do sistema político, conforme Uderman (2008, p.107)

O sucesso alcançado na condução da política de desenvolvimento e a existência de um aparato institucional de Estado, aliados à constatação de que as regiões Centro-Sul do país foram as principais beneficiárias das estratégias governamentais e que pouca atenção havia sido dada à distribuição espacial das atividades econômicas [...], motivaram, nos últimos anos de década de 1950, a inclusão da temática regional na discussão política nacional. Até esse momento, à parte as obras de construção de Brasília e os esforços de integração da nova capital federal ao restante do país, a questão regional estava praticamente circunscrita às chamadas medidas de combate às secas do Nordeste.

Conforme Uderman (2012), as influências das ideias de desenvolvimento industrial da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) levaram à priorização da agenda política de vários países latinos, incluindo o Brasil, com resultados de expansão dos investimentos estatais, mas com foco apenas na transformação econômica, para trazer os demais resultados.

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), instituída em 1948, também representava um importante reforço ao avanço do modelo desenvolvimentista, validando a ação interventora do Estado e a formação de centros de planejamento e formulação de políticas públicas. A análise da Cepal chamava a atenção para a necessidade de planejamento e intervenção pública no sentido de transformar as economias periféricas, orientando a acumulação capitalista e os processos de desenvolvimento nacionais através de ações dirigidas ao fortalecimento das atividades industriais. (UDERMAN, 2008, p.237)

Prebisch liderou a Comissão, conforme Couto (2007), por mais de uma década, a era inicial da atividade manufatureira brasileira, provocando muito vigor intelectual e ampla distribuição de energia em propostas de política de reforma econômica baseadas na industrialização maciça do país.

Num momento em que se discute um novo modelo de desenvolvimento para a economia brasileira, depois de 15 anos de ideias liberais ou "neoliberais" (que não trouxeram nem sequer o crescimento), é salutar recordar o pensamento de um autor que tanto contribuiu para o debate econômico na América Latina e que influenciou um grande número de economistas brasileiros: trata-se de Raúl Prebisch. (COUTO, 2007, p.45)

Durante este período, a CEPAL obteve uma forte posição de referência na região. Suas concepções de desenvolvimento tiveram um impacto notável nas políticas aplicadas em vários países latino-americanos, embora sempre de uma maneira muito diferente e determinada pelas condições econômicas, sociais, políticas e culturais de cada caso.

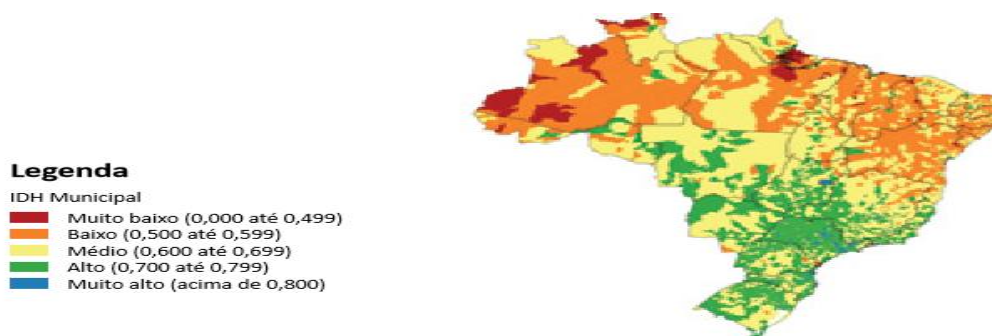
No Brasil, o caminho mais fácil foi a contribuição estatal para a industrialização, centrada nas grandes cidades do Sudeste. O Nordeste continuou com suas necessidades econômicas, com uma ampla reflexão sobre o cenário social de seu povo, e neste momento dá à história um impulso adicional para a migração de seu povo, em busca de melhores condições de vida nos promissores industrializados, conforme assinalado no item 4.2.

4.1.3 Dimensão social

O país, fundado em uma estrutura de grande distância entre a elite e os estratos sociais de outros homens livres, índios e escravos, produziu historicamente acentuadas desigualdades socioeconômicas que interferem diretamente em seu processo de desenvolvimento.

As taxas de desenvolvimento humano evoluem positivamente ao longo do tempo, mas não o suficiente para tirar uma parcela significativa da população da pobreza. Essa fragilidade da ação da Administração Pública Federal na busca do bem-estar geral é reforçada na região Nordeste do Brasil, devido às suas condições de desenvolvimento social, conforme a figura abaixo, e econômicas em relação ao Sudeste do Brasil.

Figura 4. Brasil: IDHM 2010



Fonte: BRASIL (2016)

No entanto, a pobreza ou o baixo desenvolvimento humano no Nordeste se reflete diretamente nas regiões mais avançadas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, uma vez que motiva

migrações em busca de melhores condições de vida e nesse processo de mobilidade territorial carrega consigo as demandas de apoio social que são transmitidas aos Estados de destino, com a tributação de bens e serviços prestados nesses Estados Federais, além de interferir no "ambiente urbano" (Mota, 1999), uma vez que o aumento da população em números incomuns e a ocupação espacial das cidades são dois sistemas intimamente relacionados.

Essa migração do Nordeste alimentou, em época recente da história nacional, em números e deficiências sociais as comunidades do restante do país que já apresentam problemas, que evoluem para situações de alto risco para a estabilidade da Administração Pública Federal, como o crime organizado e os conflitos sociais.

Em decorrência desse fator migratório ao longo da história, a saúde e a educação estaduais e federais sofrem impactos financeiros e de qualidade, devido à precariedade com que chegam migrantes do Nordeste, além da ampliação do número de usuários desses serviços, muitos deles inexistentes nas áreas mais atingidas da região.

Em virtude de sua pobreza material original e das condições pouco favoráveis que encontraram nas regiões de destino, os migrantes nordestinos ocuparam os bairros pobres e a periferia das grandes capitais, inclusive algumas áreas anteriormente ocupadas pelos imigrantes europeus. Na cidade de São Paulo, bairros industriais e operários como o Brás, tradicionalmente identificados como territórios italianos, passaram a ser local de moradia de quantidade significativa de nordestinos. (NÓBREGA; DAFLON, 2009, p.23)

O Nordeste contribui para a concentração de mais da metade da população do país em extrema pobreza, sendo a região que registrou o maior aumento da miséria de 2014 a 2017 e teve a maior taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2019, segundo o IBGE (2019).

Esses produtos do déficit de ações estatais para conter atividades econômicas formais ou informais prejudiciais ao meio ambiente, têm repercussões em todas as dimensões, mas a falta de capacidade intelectual por deficiência alimentar ou falta de estrutura social, evidencia os piores danos de políticos sem compromisso com os interesses públicos, conforme assinalado no item 4.2.

4.1.4 Dimensão política

A cultura comportamental caracterizou-se, desde os tempos coloniais, por fracas relações éticas entre lideranças políticas, econômicas, religiosas, judiciais e outras lideranças da Administração Pública Federal e da sociedade civil, uma vez que o patrocinador, segundo Sales (1992, p.3), criou uma tradição corrupta, que historicamente permeou o Estado, conforme assinalado no item 4.2.

Ainda segundo o autor, essa fragilidade institucionalizada e estruturada materializou-se no sentido de recursos públicos para satisfazer os interesses de grupos e/ou indivíduos, em detrimento dos objetivos nacionais, sendo comandada por grupos políticos que tinham na região de origem o domínio e o poder de interferir nos resultados eleitorais.

A política de criação de "currais eleitorais", Sales (1994), em troca de benefícios políticos, jurídicos e financeiros, passou a interferir nas decisões da Administração Pública Federal de planejar seus objetivos e realizar políticas públicas. Neste item, o Nordeste após a Proclamação da República, teve seu papel de protagonismo dos "coronéis", lideranças do Nordeste, bastante manipuladas pelas forças federais, segundo o autor citado. No entanto, eles não aproveitaram suas influências históricas para gerar uma estrutura de desenvolvimento na região.

No âmbito da sociedade escravocrata os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores de terras, amesquinham-se na sombra de suas dídivas. A cultura política da dádiva sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravatura, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias. (SALES, 1994, p.1)

Com o amplo domínio político das lideranças do Sudeste no cenário nacional durante um longo período de democracia brasileira, os recursos federais foram incorporados à infraestrutura da região e apoiaram a instalação de atividades econômicas que geraram oportuna e interessante diversidade produtiva, além de importantes centros de pesquisas e grandes universidades, que geraram a atual condição de infraestrutura existente e de capital humano, adequadas para receber investimentos internos e externos.

O adiamento do processo de saque ou direcionamento dos produtos da Administração Pública Federal, sem gerar valor público ou resultados para a sociedade de forma equitativa, somado à disputa regional pelo poder em fases históricas, deixou sequelas e distâncias entre o desenvolvimento multidimensional das regiões brasileiras, hoje quase irreversíveis, mesmo com forte presença ou intervenção estatal, conforme Sales (1994, p.7):

Por isso o reforço à cultura da dádiva talvez seja a marca mais característica desses programas em seu mecanismo de implementação no Nordeste rural. O que subsiste do sistema coronelista de poder? Subsiste o compromisso entre o poder público, que pode se traduzirem poder centralizado, e o poder local, que persiste à custa de favores na forma de dídivas.

Essas consequências são multiplicadas pela impossibilidade de reação moral da sociedade, devido à baixa formação educacional, causada pela atuação desastrosa dos políticos na implementação de políticas públicas para avançar e estruturar a educação no país, conforme afirma Holanda (1984, p.33)

Sua manifestação mais completa já tinha sido expressa no estoicismo que, com pouca corrupção, tem sido a filosofia nacional dos espanhóis desde o tempo de

Sêneca. [...]. À frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e o Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes.

Ainda, interpretando o autor citado, a ética classificada como categoria de um conjunto de dados elencados em subcategorias pode ser analisada para apoio com rigor científico, produzindo interpretações, como exemplo, de que a educação baseada em valores é inversamente proporcional ao aumento da corrupção.

4. 2 O papel da administração pública no desenvolvimento regional

Ao levantar o problema da investigação desta monografia, ficou claro que a administração pública Federal teria um papel fundamental a ser descrito no estudo, uma vez que é um agente de equilíbrio dentro das estruturas de relações assimétricas entre a sociedade civil, as empresas e ela mesma.

Essas relações sempre foram historicamente direcionadas para caminhos de interesses financeiros, colocando a dimensão econômica como centro focal de todas as atitudes dos atores envolvidos e, especialmente de sua importância também, como tema principal da pesquisa acadêmica sobre as reflexões desse cenário de poder e interesses perante o desenvolvimento de um país, como visto em Paulani e Braga (2017).

Nesse contexto, esta pesquisa foi instituída para estudar a atuação da Administração Pública Federal para o desenvolvimento das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, para a qual priorizou conhecer os pontos de convergência ou ruptura do desenvolvimento causados pela ação da entidade nacional nas regiões Sudeste e Nordeste.

Neste sentido, para melhor compreensão da aplicação da metodologia de análise e de como se chegou às subcategorias que compõem o quadro síntese das dimensões analisadas, denominadas de categorias, faz-se necessário uma breve narrativa da ação administrativa pública, em termos de protagonizar estruturas da desigualdade regional.

4.2.1 Aspectos dimensionais do papel da administração pública na desigualdade regional

Ressalta-se que o trabalho se pautou em algumas dimensões extraídas do conceito de desenvolvimento sustentável: econômica, social, política envolta pela dimensão histórica.

Quanto a fatos econômicos, aspectos evolutivos importantes como ilustrações para os possíveis dados conclusivos são os produtos internos brutos regionais, que demonstram a distância econômica das regiões tratadas, ainda que o Sudeste tenha apenas quatro Estados e o

Nordeste, nove Estados, este fator implica diretamente no poder atratividade profissional e no tamanho dos mercados regionais.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto das Grandes Regiões - 2015-2020

PIB Regionais - 2015-2020						
Grandes Regiões	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	5.995.787	6.269.328	6.585.479	7.004.141	7.389.131	7.609.597
Norte	320.688	337.302	367.956	387.535	420.424	478.173
Nordeste	848.579	898.361	953.428	1.004.827	1.047.765	1.079.331
Sudeste	3.238.738	3.333.233	3.482.143	3.721.317	3.917.484	3.952.695
Sul	1.008.035	1.067.358	1.122.038	1.195.550	1.272.105	1.308.147
Centro-Oeste	579.746	633.072	659.913	694.911	731.351	791.251

Fonte: IBGE, em associação com os Órgãos Estatais de Estatística (2021)

Portanto, para iniciar o tratamento das taxas de desenvolvimento das regiões, torna-se importante a observação a respeito das características dos mercados regionais. Além de refletir um pouco sobre as inúmeras mudanças em suas características históricas, como inovações tecnológicas, privatizações e outras.

Apresentados os cenários das regiões, em termos básicos de estudo, inferem-se como aspectos a destacar: o êxodo de trabalho do Nordeste para o Sudeste economicamente mais atraente, a necessidade de intervenção dos governos estaduais na alavancagem econômica do Nordeste e a maior vazão mercado industrial e de trabalho na região Sudeste a partir do século XX, com a formação de um mercado mais amplo e diversificado.

As tabelas a seguir testam e permitem a análise das descrições apresentadas.

Tabela 2

População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA)

	2018	2019	2020	2021
PIA				
Brasil	113.295.184	133.172.799	138.859.293	147.204.066
Grandes regiões				
Nordeste	32.093.307	37.405.255	38.461.233	40.505.210
Sudeste	51.061.586	59.794.788	61.817.887	65.148.763
PEA				
Brasil	65.977.197	77.243.166	80.346.975	87.165.384
Grandes regiões				
Nordeste	18.314.010	21.173.413	21.088.859	22.815.027
Sudeste	29.146.295	34.262.006	36.057.691	38.824.523

Fonte: IBGE/Pnad

Tabela 3 - Tipos de atividade por região (%)

Atividade econômica	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Agricultura	20,2	29,6	8,8	17,5	15,1	17,0
Indústria	11,5	9,3	17,5	18,6	11,8	14,7
Construção	8,1	6,9	7,8	6,8	8,2	7,4
Comércio	19,1	17,0	17,9	17,9	18,4	17,8
Serviços e outros	41,1	37,2	48,0	39,2	46,5	43,1

Fonte: IBGE (2021)

A concentração ativa da população no mercado de trabalho não primário do Sudeste e a maior desconcentração das atividades econômicas nesta região mostram um caminho de pesquisa na busca de comparações qualitativas com a região agrícola do Nordeste, por meio da evolução do desenvolvimento e os investimentos realizados pelo Governo Federal nas regiões para estruturação das atividades econômicas.

Observa-se que o mercado de trabalho no Nordeste apresenta menor expansão e diversificação de ramos de atividade econômica, altamente concentrados na agricultura e serviços, o que pode induzir os sujeitos, duas das possíveis causas presumidas que podem advir de investimentos governamentais Federal, o nível educacional das regiões e o fomento de atividades industriais.

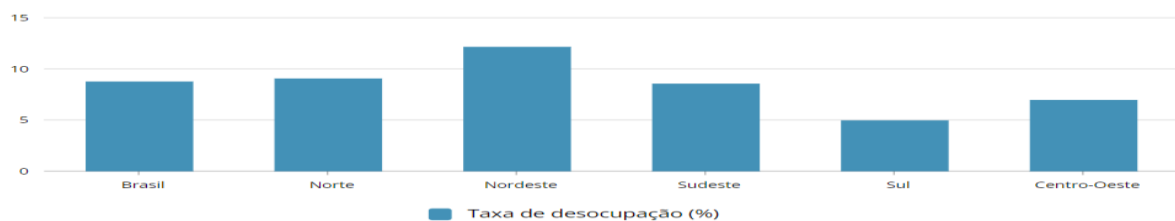
Neste contexto, é apresentado os termos comparativos do estudo, a partir de dados sobre a evolução da taxa de crescimento econômico e social no Sudeste e no Nordeste, com base em índices nacionais.

Tabela 4 - Taxa de crescimento econômico



Fonte: IBGE – Contas Regionais (2022)

Tabela 5 Taxa de Desocupação



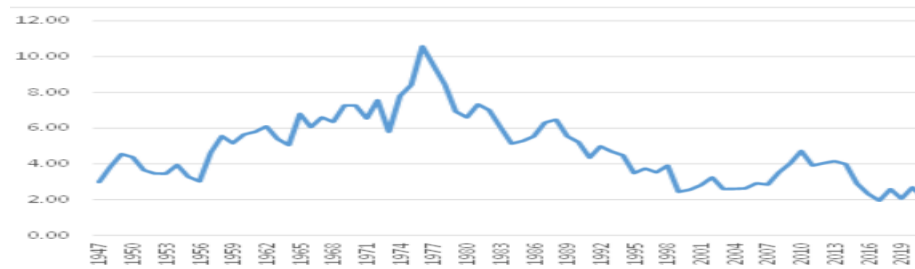
Fonte: IBGE (2022)

Nota-se a tendência ascendente do crescimento da região Nordeste, especulativamente com maior ingresso de capitais para investimentos, aliada às políticas de incentivos fiscais

empreendidas pelos governos estaduais, crescendo mais que a região Sudeste. Embora as duas regiões não estejam longe em termos de taxa de desocupação, apontado o insuficiente crescimento do Nordeste para equilibrar as diferenças de mercado de trabalho e, por consequência, desigualdade regional.

Pelo gráfico abaixo, observa-se que o crescimento apontado foi por meio de esforços ou conjunturas regionais e não por ação do Governo Federal, visto que o fluxo de investimentos públicos federais tem a seguinte história nacional:

Gráfico 1. Serie Histórica do Investimento do Governo Central



Fonte: Observatório de Política Fiscal (Ibre/FGV) (2020)

Os baixos valores dos gastos públicos com investimentos que acompanham um cenário igualmente negativo de investimentos feitos pelo setor privado, implicam na retração econômica do país, conforme apontado por Bresser-Pereira (2004, p.629). Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de investimento foi a mais baixa dos últimos 10 anos, como base para a proporção do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre de 2021.

Este fato pode ser considerado essencial como influenciador da abertura de novos polos de investimento, diretamente pelo Estado ou como estruturante para atração de capital privado ou estrangeiro e possibilitando, pela distribuição autorregulada do mercado, segundo Ribeiro e Silva Filho (2013), a expansão desigual nas regiões, uma vez que, no Brasil, a região Sudeste é historicamente mais bem estruturada.

Tabela 6 - Investimentos estrangeiros diretos nas regiões brasileiras

Tabela 2 - Volume, participação relativa e empregos diretos gerados nas regiões do país por projetos de IDE greenfield (2003-2014)¹

Região	Valor (US\$ bilhões)	Valor %	Empregos diretos ²	Emprego %
Sudeste	203,6	57,2	436685	56,1
Nordeste	72,3	20,3	134779	17,3
Sul	33,9	9,5	104230	13,4
Centro-Oeste	24,2	6,8	49489	6,4
Norte	21,8	6,1	52916	6,8
Brasil	355,8	100	778,1	100

Fonte: (Banco do Nordeste, 2016)

Outra forma de ver as diferenças nos valores investidos e as prioridades dadas pelo Estado ao longo da evolução econômica histórica e de ver as estruturas de apoio existentes é observar as malhas ferroviária e rodoviária existentes no Brasil, conforme figuras 6 e 7.

Figuras 5 e 6: Malha Rodoviária Brasileira



Fonte: Seprac (2021)

Fonte: Confederação Nacional do Transporte (2021)

Nota-se nitidamente a estrutura econômica de transporte pujante no lado sul/Sudeste do Brasil e os parques modais terrestres da região Nordeste.

Ao expor alguns termos estruturais geopolíticos e dados econômicos comparativos das regiões, expõe aspectos de outra dimensão do estudo, a análise social comparada, como uma delimitação na área de indicadores de desenvolvimento educacional para enfatizar a problemática estipulada para o estudo.

Tabela 7 - IDHM Regional

Ranking de IDHM - Censo 2010				
Posição Nacional	Região	Nome	IDHM (2010)	IDHM Educação (2010)
2º	Sudeste	São Paulo	0.783	0.719
4º		Rio de Janeiro	0.761	0.675
7º		Espírito Santo	0.740	0.653
9º		Minas Gerais	0.731	0.638
16º	Nordeste	Rio Grande do Norte	0.684	0.597
17º		Ceará	0.682	0.615
19º		Pernambuco	0.673	0.574
20º		Sergipe	0.665	0.560
22º		Bahia	0.660	0.555
23º		Paraíba	0.658	0.555
24º		Piauí	0.646	0.547
26º		Maranhão	0.639	0.562
27º		Alagoas	0.631	0.520

Ordenado pelo IDHM

Faixas de desenvolvimento humano		
	Muito Alto	0,800 - 1,000
	Alto	0,700 - 0,799
	Médio	0,600 - 0,699
	Baixo	0,500 - 0,599
	Muito Baixo	0,000 - 0,499

Fonte: Atlasbrasil.org.br (2021)

O IDH analisado instituiu ampla desigualdade regional nas duas regiões comparadas

neste plano de pesquisa, o que pode caracterizar uma menor qualificação profissional na região Nordeste, resultando em subemprego ou maior concentração em áreas econômicas que requerem baixo nível educacional.

Para subsidiar o discurso sobre a interferência do nível educacional na qualidade do desenvolvimento econômico e social, vale destacar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro, conforme as tabelas 8 e 9.

Tabela 8 - Nível de instrução (% de ocupados)

	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio completo	Superior completo	%
2012	33,4	17,3	34,9	14,4	
2013	32,1	17,1	35,8	14,9	
2014	30,6	17,2	36,6	15,7	
2015	29,8	16,6	36,7	16,9	
2016	28,5	15,7	37,7	18,2	
2017	27,5	15,4	38,4	18,8	

Fonte: IBGE (2018)

Tabela 9 - Rendimento médio real

	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio completo	Superior completo	R\$
2012	1 125	1 358	1 849	4 921	
2013	1 168	1 410	1 892	4 963	
2014	1 186	1 420	1 855	4 960	
2015	1 151	1 366	1 803	4 879	
2016	1 112	1 319	1 726	4 667	
2017	1 133	1 329	1 717	4 726	
2017/2012	0,8%	-2,1%	-7,1%	-4,0%	

Fonte: IBGE (2018)

As tabelas mostram em quantidade, sobre o tipo de ocupação, o aumento da participação no mercado de profissionais técnicos e a redução significativa de trabalhadores em ocupações elementares, que existe uma relação entre os fatores e que deve ser considerada, mesmo em termos qualitativos de geração de vagas e ganhos reais de renda, com a melhoria dos indicadores sociais. Portanto, maior qualificação pode traduzir maiores possibilidades e melhor gratificação no trabalho, gerando melhores condições de vida.

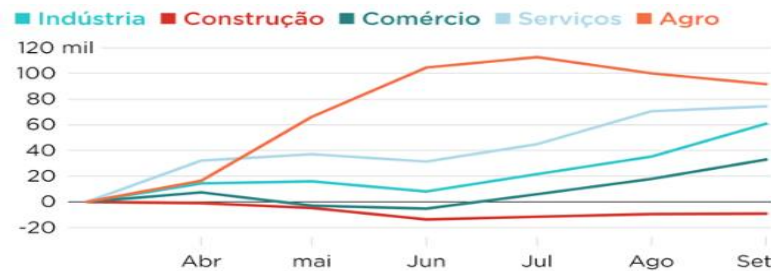
Porém, uma importante avaliação qualitativa deve ser observada, juntamente com a diversidade do mercado de trabalho, que tipo de vaga está aberta para a composição dos dados evolutivos da taxa de desemprego? Portanto, deve-se destacar que a qualificação técnica exigida pode sugerir subemprego para indivíduos com maior capacidade, conforme aponta Castro (2004, p.83):

cria-se uma situação paradoxal: a mesma população que, segundo as estatísticas oficiais, teria atingido níveis de escolaridade mais elevados do que no passado, sofre as consequências do aumento do desemprego e do

subemprego, indicadores claros da desvalorização capitalista do trabalho manual e intelectual.

Para isso, basta analisar o gráfico 2, de 2017 que mostrou onde se localizou a recuperação da economia e a geração de empregos:

Gráfico 2: Postos de Trabalho



Fonte: Caged/Ministério do Trabalho (2017)

No acumulado do ano, foram criados cerca de 210 mil empregos, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2019), no primeiro trimestre e alguns setores se destacaram dos demais: vendedores e atendentes (46.585); agentes, técnicos e assistentes administrativos (49.163); funcionários de manutenção de edifícios (39.646); e trabalhadores agrícolas (30.073), com maior decréscimo na área industrial (42.252).

Os dados, apesar de não serem atuais, evidenciaram a necessidade de comungar a busca pela elevação do IDH educacional com o aprimoramento das atividades econômicas relacionadas às áreas técnicas, na interpretação de Castro (2004, p. 81), para abranger grande parte da população ativa, condicionado à qualificação técnica ou superior, mediante políticas públicas e maior investimento público e/ou incentivos à entrada de capital estrangeiro.

Dentro dessa linha, percebe-se que os fatores macroeconômicos que entram na agenda política não podem ser analisados isoladamente e a relatividade dos dados deve ser sempre considerada. Os fatores sociais apresentados foram somados aos fatos históricos da escravidão, do processo migratório e no comércio ou na “industrialização da seca”, para abordar a parte dimensão social mais polêmica desta pesquisa, a pobreza como fator de obstáculo para desenvolvimento nacional.

Vários teóricos invertem causa e efeito, expondo a pobreza como um subproduto do subdesenvolvimento do país. Pesquisas alinham teorias, colocando a pobreza como obstáculo ao crescimento nacional.

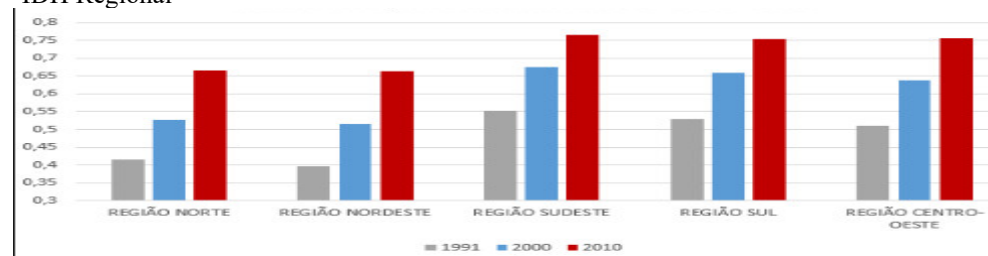
Parece que deve, em primeiro lugar, reconhecer que o Estado brasileiro tem uma doença de sua formação, patrimônio histórico econômico e social: é a

cegueira, por conveniência ou ignorância, dos atores e dos problemas locais. O Estado nunca será grande porque existem territórios de exclusão. (FALCÓN, 2014, p.261).

O modelo colonial de ocupação das terras descobertas e da economia baseada na escravidão prolongada até os últimos anos do século 20 definia a pobreza ou a miséria antes da formação da Administração Pública Federal brasileiro que iria buscar o desenvolvimento como nação independente e impedia um plano de crescimento sem a remoção ou mitigação desse carma social. Este fator não proporcional entre as regiões, que acumularam níveis diferentes de crescimento econômico, refletiu em desequilíbrio social, em termos de qualidade de vida.

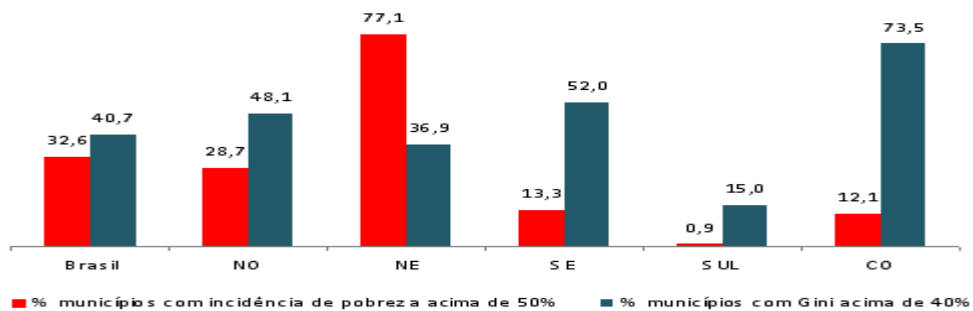
As taxas de evolução e os índices de qualidade de vida brasileiros (Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e Índice GINI) mostram que existem diferenças regionais exorbitantes e que as políticas públicas implementadas apenas cobrem o problema, sem a busca de uma solução definitiva para as origens da os dilemas sociais, conforme gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - IDH Regional



Fonte: IBGE (2011)

Gráfico 4 - GINI Regional



Fonte: IBGE (2011)

A pesquisa traz o resultado dessas desigualdades em países como Colômbia e Peru, movimentos armados ou terroristas e no Brasil diversos movimentos sociais, que demonstram a necessidade de intervenção governamental, não com o uso de dissuasão pelo poder, porque é dono do monopólio weberiano da violência, mas como um agente “keynesiano” do bem-estar social, com a necessidade de diálogos entre as lideranças diante do conflito e o extermínio ou a mitigação das condições negativas do questionamento ou motivo de luta desses movimentos. A terra muitas vezes é o motivo dessas causas, e precisa ser mais destacada nos planos e políticas estaduais, como ambiente produtivo, como parte de um plano de negócios estatal.

Esta conta se torna extremamente difícil de medir dentro de um Produto Interno Bruto (PIB). Os recursos financeiros das atividades produtivas causadoras de fatores negativos não subtraem de seus lucros as externalidades negativas que produzem para a compensação social. Nesse escopo de exploração desmedida e não controlada pelo poder estatal, os desequilíbrios regionais aparecem outra vez. Os Estados industrializados causam ou produzem os danos em regiões menos desenvolvidas, e essas somente obtêm os reflexos negativos resultantes destes.

Derramamentos e acidentes na indústria química e de petróleo, morte de rios, lagos e baías, doenças e mortes causadas pelo uso de agrotóxicos e outros poluentes, expulsão de comunidades tradicionais devido à destruição de seus locais de vida e trabalho, tudo isso e muito mais configura uma situação constante de injustiça socioambiental no Brasil. (HERCULANO, 2002, p.6)

Além dessa questão, em termos econômicos, o Estado poderia buscar o equilíbrio da evolução regional, com a destinação de recursos arrecadados para medidas de proteção ambiental e estipular os planos e as políticas com espectro em todo o território nacional, visando o desenvolvimento sustentável, com a extinção de externalidades em regiões mais carentes.

Quem vai pagar pelas perdas das gerações futuras? Como medir os danos naturais e sociais causados por atividades econômicas ilegais ou não regulamentadas? As perguntas permanecem sem resposta, mas a Administração Pública Federal desempenha um papel importante nesta história.

Ainda, vale destacar um pequeno parêntese neste aspecto, inserindo um tema para outra investigação ou estudo: será que o crescimento sustentado não passa pela demanda (consumo) sustentável? As empresas e a sociedade aparecem neste caso como colaboradoras de um desequilíbrio social, mas neste trabalho apenas o Estado estará em voga, como principal ator das disparidades regionais.

Chega-se aos fatores da ação política e de seus instrumentos na desigualdade regional, à última dimensão da investigação, instilando a dívida pública como reponsabilidade das decisões da administração pública.

O Estado foi mais uma vez recomendado a reduzir a sua atividade no domínio econômico e social e a cuidar da remodelação das suas estruturas e instituições, de forma a contribuir para que o mercado funcione de forma eficiente; à política fiscal, considerando a sua inocuidade para a expansão da procura agregada e os prejuízos que acarreta para o funcionamento eficiente do sistema, o papel de evitar desequilíbrios orçamentais e de funcionar como fonte de valorização do capital, através da dívida pública, garantindo sua sustentabilidade e a preservação do patrimônio financeiro. (OLIVEIRA, 2009, p. 3)

A Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu como objetivo principal o cumprimento das metas primárias de resultados fiscais e o

cumprimento dos limites de endividamento. Esses limites, entretanto, não incluem despesas relacionadas a obrigações constitucionais e legais, incluindo o pagamento de serviços da dívida pública.

Com a histórica expansão da dívida, o Estado brasileiro tornou-se o grande instrumento de arrecadação de impostos para atender aos anseios bancos e o mercado financeiro, com o comprometimento de grande parte do orçamento com o pagamento dos serviços da dívida.

Este, talvez, se mostre ao fim da investigação no grande vilão do impacto das dimensões até aqui discutidas para o subdesenvolvimento do país e para as desigualdades regionais.

Entre as "leituras" que podem ser feitas sobre as mudanças na composição dessa estrutura está o avanço no espaço orçamentário das mais-valias financeiras com dívida pública, fruto da política econômica ...tem restringido cada vez mais a capacidade da Administração Pública Federal de oferecer políticas essenciais para o desenvolvimento, principalmente ao exigir o sacrifício de investimentos. (OLIVEIRA, 2009, p.156)

O compromisso orçamentário com a dívida pública impossibilita ou reduz a capacidade de investimentos estatais que contribuam para novas formas de atividades econômicas, infraestruturas e novos polos empresariais melhores distribuídos pelo país, que gerem empregos e crescimento sustentável.

4.3 Síntese dos resultados

Para alcançar o desenvolvimento sustentável de um país como o Brasil, e inferir valor público em todas as suas dimensões, existem várias barreiras, inclusive históricas, que devem ser superadas. História modelada em fatos narrados na monografia que são o ponto de partida para uma convergência das dimensões do desenvolvimento para a concepção de um pacote de causas e efeitos da desigualdade regional. Para essa interpretação, foi necessária uma análise teórica ampla, pois o tema está em constante revisão acadêmica, como é feito indiretamente nesta pesquisa, quando se buscou retrabalhar e criar novos conceitos para o problema.

As dimensões do desenvolvimento, postuladas para o estudo em política, econômico, social e histórica, trouxeram em sua revisão teórica os pontos-chaves do mundo capitalista e sua direção de pensamento, contrastando as escolas liberal e keynesiana, a ponto de contrapor os ideais de participação da administração pública federal quanto à sua influência no desenvolvimento regional equitativo. Traduzindo este contraponto pela premissa inicial que não tem uma influência significativa no desenvolvimento regional, perante o sentido da sua intervenção como impactante no equilíbrio do crescimento regional ou em termos de equilíbrio do pensamento das escolas, tem simplesmente um papel regulador.

Para essas reflexões, foram investigadas diversas fontes teóricas, distribuídas nas dimensões do tema, referenciais conceituais citados durante a redação do relatório, e as demais presentes na lista de referências da monografia, que fortaleceram os argumentos para o alcance do objetivo da pesquisa. Eles foram divididos em categorias, à medida que os dados foram agrupados, para facilitar a análise e o suporte científico da abordagem qualitativa da monografia.

Estas categorias, juntamente com o relato histórico, estabeleceram a visão mais ampla da resposta à pergunta geral: “Como a administração pública brasileira desde período colonial contribuiu para a desigualdade entre a região Nordeste e Sudeste no século XXI?”. Além disso, sua superfície forneceu detalhes de um amplo entrelaçamento entre os dados sintetizados, criando uma complexa rede de causas e efeitos da desigualdade regional entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil, mas ao mesmo tempo garantindo um suporte teórico muito consistente às categorias que provêm dos demais instrumentos e técnicas utilizadas.

Portanto, fica claro que as dimensões política, econômica, social e histórica tiveram grande influência conjunta sobre a desigualdade regional e não podem ser isoladas para fundamentar um diálogo teórico sobre a presença da Administração Pública Federal, quanto ao desenvolvimento equitativo das regiões em benefício do desenvolvimento nacional em seu conceito mais amplo e moderno.

Nesse contexto, para medir equitativamente a presença da Administração Pública Federal de desenvolvimento participante em todas as regiões, foi necessária uma análise interpretativa com grande rigor e método de todos os dados para se chegar a uma conclusão.

Com base em Furtado (1981), infere-se que a importância da intervenção da administração pública para equilibrar o crescimento regional na busca do desenvolvimento é ampla e não apenas para o efetivo cumprimento de suas funções básicas, mas também para o cumprimento de suas intervenções efetivas e com protagonismo ético, respeitar a diversidade socioeconômica, ambiental e cultural de uma região e das suas populações.

Essa concepção se traduz em políticas que respeitem cada necessidade específica dentro das individualidades regionais e na interpretação das particularidades da vida de sua população, como as capacidades e o futuro desejados pelos cidadãos em termos do crescimento de cada dimensão que compõe o desenvolvimento nacional.

Nessa ideia, intitula-se que os países desenvolvidos são aqueles que possuem desenvolvimento equitativo em todas as suas regiões e apresentam altas taxas de evolução positiva em todas as dimensões que compõem o novo conceito de desenvolvimento, tomando como referência os padrões e indicadores mundiais, evitando que o Estado sofra dinâmicas

populacionais indesejáveis e conflitos sociais que minem sua estabilidade sociopolítica e econômica.

Com essa posição de análise, ficou claro que as dimensões ética, ambiental e socioeconômica afetam o desenvolvimento nacional de forma conjunta ou isolada, mas o reflexo das fragilidades causadas por cada uma ou por todas elas conjugadas de forma negativa, interferem em todo o processo de desenvolvimento regional equitativo, gerando desigualdades.

Com base nessa interpretação multidimensional, a comparação das regiões nacionais proporcionou uma compreensão das causas do subdesenvolvimento nacional e das desigualdades regionais, a partir de uma estrutura histórica que se encaixa no cenário atual, demonstrando que a identificação e a análise desses fatores originais também são essenciais para descrever e buscar o desenvolvimento equitativo.

Nesse sentido, as dimensões do desenvolvimento com suas externalidades derivadas, tais como: pobreza, corrupção, falta de educação de qualidade, problemas crônicos de deficiência na assistência médica, externalidades negativas, saneamento básico e respeito aos direitos civis e humanos, etc. são os principais fatores que caracterizam os desequilíbrios regionais no Brasil.

Mas é sempre digno de nota que são frutos de coerência modulados por atitudes de intervenção política assentes em direções interpretativas de instituições racionais, que não admitem nem reconhecem na composição desta realidade pontos-chaves das características individuais de cada região e do seu potencial econômico, da sua cultura e do nível de desenvolvimento das capacidades produtivas e resiliência destas pessoas, bem como suas verdadeiras preferências e visão do futuro.

Uma política mal desenhada ou sem o apoio da população afetada pode gerar atritos e falhas na implementação, cabendo ao Estado iniciar ações para evitar as disparidades sociais conflituosas que decorrem de sua ausência como responsável pelo desenho de políticas públicas que atendam às necessidades de seu povo e às suas aspirações como coletivo.

Como resultado, com uma participação que busca equidade do crescimento regional, por meio de políticas públicas baseadas em uma realidade bem definida e reconhecida por toda a sociedade, especialmente seus implementadores, como o problema público existente que necessita de uma troca efetiva, a administração pública evita grandes conflitos sociais demonstrando de forma transparente sua ação, que deve sempre se concentrar no desenvolvimento equitativo, sustentável e sustentado do país, a fim de alcançar o bem-estar geral.

Nesse cenário descrito e analisado com todas as categorias envolvidas, a necessidade de liderança estatal foi claramente demonstrada na necessidade da evolução educacional brasileira

como ponto crucial do desenvolvimento nacional, como primeiro plano das possibilidades de solução das desigualdades regionais, o que é interpretado sequencialmente. Também como base para o aprimoramento ético da estrutura de poder e da sociedade, levando o país sem corrupção estruturada e institucionalizada ao crescimento econômico com respeito ao meio ambiente e ao bem-estar social total.

Com essa linha de interpretação postulada para responder à questão geral da pesquisa realizada: Como a administração pública brasileira desde período colonial contribuiu para a desigualdade social entre a região Nordeste e Sudeste no século XXI? Assim, podem ser instituídos os aspectos conclusivos da monografia sobre a presença da Administração Pública Federal para o desenvolvimento das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil.

5 Considerações Finais

O Brasil passou por uma experiência de desenvolvimento que combina capitalismo liberal e ampla intervenção estatal em períodos de sua história, resultando em um tipo próprio de sistema econômico misto, como praticado pelo governo federal entre 2000 e 2014, com características diferentes dos experimentados em outras economias ocidentais.

Para ampliar esse contexto histórico do modo único brasileiro de fazer as coisas de forma não convencional, a partir da década de 1950, o desenvolvimentismo foi adotado com ampla intervenção governamental, mas sem domínio de ações específicas voltadas unicamente para o bem-estar social, com interpretações brasileiras adaptadas dos ideais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), estabelecendo-se um triângulo ideológico entre Smith, Keynes e Prebisch.

Nessa direção, o Estado brasileiro, que buscava seu crescimento econômico em detrimento de políticas públicas que levassem ao desenvolvimento sustentável, teve sua participação política comprometida pelo desprezo pela distribuição de renda equitativa e por planos econômicos que garantissem uma mobilidade social de acesso às classes mais elevadas, que gerasse um amplo mercado consumidor em todos os cantos do país e garantisse melhores resultados em educação e outros benefícios sociais.

Estes consumidores, com a possibilidade de elaborar o pensamento crítico no futuro com ganhos educacionais, gerariam demandas por bens e serviços seletivos, ou seja, apenas aqueles que tivessem o selo de respeito ao meio ambiente em seu espaço produtivo, e exigiriam da Administração Pública Federal uma relação mais ética com as empresas e sanções rígidas por externalidades negativas ou reversão destas em benefícios para a sociedade.

Fatores como as condições de acesso aos serviços de infraestrutura básica, saúde, educação e diversidade do mercado de trabalho, entre outros, de forma equitativa para cada parte do território habitado do país, como foi demonstrado na pesquisa, são necessários para promover um nível desejável de bem-estar social e para poder reduzir diretamente as desigualdades regionais existentes.

Os investimentos em educação, além de poder reduzir as desigualdades sociais, também proporcionam maior crescimento para o país, pois aumentam a produtividade dos trabalhadores mais qualificados e maximizam o bem-estar da população.

Além disso, no que diz respeito à alocação de recursos públicos nas áreas sociais, os gastos em saúde têm forte impacto na redução das desigualdades regionais quando atacam os efeitos fisiológicos da miséria e da pobreza na formação intelectual de futuros componentes do mercado de trabalho. Neste bojo, envolvendo outros fatores do desenvolvimento humano, o IDH foi um grande potencial para explicar as disparidades econômicas entre as regiões Sudeste e Nordeste.

As principais cidades brasileiras com os maiores indicadores positivos de desenvolvimento são as capitais das unidades federativas, com raras exceções, como São José e Campinas, em São Paulo e Macaé, no Rio de Janeiro, que são centros tecnológicos e industriais, por isso fica claro que a presença física da Administração Pública Federal e Estadual cria um ambiente em seu entorno mais favorável para a expansão dos fatores de crescimento.

Essas direções econômicas teóricas são fatores da maioria dos conflitos sociais e migrações, pois protegem preceitos ideológicos sem pensar na totalidade das dimensões do desenvolvimento.

Esse erro parece persistir, uma vez que ainda não foi definida uma política nacional condutor a planos de ação que se originem em um ambiente de negócios de grande porte, visando modular uma interconexão de potencialidades regionais, o que inclui um plano educacional estruturante de ética e formação técnica, profissional, científica e tecnológica, para alcançar a diversidade econômica gerando múltiplos empregos funcionais, apoio social para geração de mercado consumidor e distribuição de renda, e com preservação ambiental e manutenção de outras condições de sustentabilidade.

Portanto, fica evidente a necessidade de uma presença ampla e ativa da Administração Pública Federal em todas as dimensões do desenvolvimento nacional, para contemplar com os benefícios da modernidade de forma justa todas as regiões brasileiras. Assim, mitigue desigualdades sociais, que atrasem um futuro de desenvolvimento sustentável e o completo bem-estar social para todos os brasileiros de norte a sul.

No que diz respeito às desigualdades regionais, foi possível perceber que seria importante uma atuação protagonista da administração pública dentro de uma visão multidimensional na formulação de políticas públicas, visando a construção de um país sustentavelmente desenvolvido.

Como conclusão, o estudo teve como objetivo analisar o comportamento da Administração Pública Federal em duas regiões do Brasil, Sudeste e Nordeste. Especificamente, identificou a existência de um processo de influência de um ou mais fatores históricos, macroeconômicos, políticos ou éticos e sociais de forma diferenciada em cada região pelo desempenho do papel da administração pública federal, e se estes se caracterizam como condicionais ou não a possíveis variações de desenvolvimento.

Além disso, esta investigação poderá contribuir para que as autoridades possam refletir sobre as suas decisões, que irão gerar consequências na área do desenvolvimento nacional, com base nos investimentos previstos para a implementação de estruturas empresariais nas diversas regiões.

Esta investigação teve seu campo de ação delimitado pelo cenário comparativo entre as duas regiões brasileiras de interesse do objeto estipulado. Para possibilitar esta comparação, o foco foi o problema do desenvolvimento como uma gama de variantes históricas, sociais e econômicas e outras dimensões, que se estendem mais a um contexto de conjunções interpretativas, do que uma simples análise de dados estatísticos.

Assim informado, o objeto desta pesquisa necessitou de uma delimitação criteriosa de forma a não comprometer, inviabilizar ou excluir um resultado coerente e aceitável, incluindo a eliminação da análise da dimensão estrutural mais profunda das regiões, devido à complexidade e variantes derivadas de sua influência sobre a taxa de desenvolvimento, apenas alguns dados geopolíticos citados como sendo totalmente necessários.

Para sustentar a base teórica existente, foi necessário analisar regulamentações, teorias, livros, relatórios, outras obras literárias e outras pesquisas que tratem de questões relacionadas à desigualdade regional e à participação da Administração Pública Federal nesse processo e revertê-la.

O principal desafio foi estender este tipo de análise às duas regiões da Federação, por meio de um método qualitativo que buscou o comparativo multidisciplinar com análises históricas, políticas e sociológicas. Ainda, a interpretação de indicadores de desenvolvimento e agregados macroeconômicos, buscando os caminhos da Contabilidade Social como balizador.

Ao analisar o desenvolvimento sustentável de um Estado e tirar conclusões, portanto, não se pode excluir uma dessas dimensões: histórica, política, social e econômica. Se o

desenvolvimento é uma das buscas centrais da vida humana e da política de um Estado, sua análise e dimensionamento tornam imprescindível a realização de estudos para a compreensão deste componente, que estabelece a relação de "status" e "ranking" dos países, na concepção das organizações mundiais.

O foco deste estudo foi as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, que constam nos anais históricos da Administração Pública Federal brasileiro desde a sua colonização, com destaque para os Estados de São Paulo e Pernambuco, originados a partir das capitânicas hereditárias de São Vicente e Pernambuco. Buscou abranger alguns parâmetros viáveis para uma análise que contemple o fluxo das ações da Administração Pública Federal na esfera econômica (investimentos orçamentários e iniciativas), nas políticas públicas brasileiras ao longo da história e os seus resultados em busca do atendimento às demandas e variantes regionais, em termos de equidade de desenvolvimento.

Assim, esta pesquisa pretendeu averiguar como a atuação da administração pública federal, em termos de investimentos e políticas públicas, tem contribuído para o desenvolvimento regional equitativo e sustentável.

Como ponto finalístico, o trabalho buscou revelar aspectos importantes da atuação da Administração Pública em situações regionais de evolução social e econômica, na direção do desenvolvimento sustentável, através da atenuação de fatores que impedem ou retardam o crescimento equitativo de um país.

Por fim como opinião própria, infere-se que ao longo da história, o Brasil implementou uma série de políticas e planos regionais e nacionais de combate à desigualdade regional, mas sempre de forma isolada, sem abordar todos os fatores que compõem o cenário que causou essa barreira ao desenvolvimento nacional.

Essas políticas e planos teriam como principal preceito o crescimento econômico, que levaria o país a remediar suas desigualdades e produzir os benefícios sociais esperados. Tiveram em conta o antigo conceito de desenvolvimento, baseado unicamente na dimensão econômica.

No que diz respeito aos investimentos em infraestruturas, os seus efeitos revelaram-se mais poderosos na redução das disparidades regionais, aumentando a diversidade produtiva.

Resultado semelhante foi encontrado para os gastos com educação, que proporcionam treinamento individual e treinamento regionalizado de capital humano, que atrai investimentos públicos e privados pela oferta de mão-de-obra qualificada. Portanto, principalmente, são nessas categorias que os governos poderiam investir para melhorar a distribuição de renda entre os indivíduos e diversificar as economias das regiões. Nordeste e Sudeste podem caminhar em um crescimento equitativo, bastaria a atuação efetiva da Administração Pública.

Referências

- AFFONSO, Rui de Britto Alvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. Fundap, 1995.
- ALVAREZ - GOYOU, J. **Como fazer pesquisa qualitativa - Fundamentos e metodologia (3 ed.)**. Paidós. Equador. 2015.
- ÁLVAREZ-GAYOU, J. L. **Como fazer pesquisa qualitativa. Fundamentos e metodologia**. México. Ed. Paidós. Equador. 2004.
- AMARO, R. R. **Desenvolvimento—um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria**. Cadernos de estudos africanos, (4), 35-70. 2003.
- BANCO DO NORDESTE. **Informe ETENE—Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Investimento Direto Estrangeiro nos Estados do Brasil. Ano I - Nº 1 -03.10**. 2016.
- BARROS, A. R. **Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e soluções (nº.63)**. 2011.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. 2001.
- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. CEPAL. 2000.
- BISQUERRA, R. **Metodología de la Investigación Educativa (2ª ed.)** Madrid, Espanha: O Muro. 2009.
- BRASIL, Atlas. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**, v. 22. 2016.
- _____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado,1998.
- _____. Ministério da Fazenda. Brasília. **Informativo de Infraestrutura**. DF. Seprac. 2018.
- BRASIL. **“Governo e Administração pública – Sistema de Contas Nacionais, Brasil”**. Nota metodológica nº 12, Rio de Janeiro.
- BREI, Z. A. (1996). **Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso**. Revista de Administração Pública, 30(1), 64-77. Rio de Janeiro: Brasil. 1996.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Da macroeconomia clássica à keynesiana**. São Paulo. 1976.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Proposta de Desenvolvimento para o Brasil**. Revista de Economia Política, 24(4), 96. 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Novo Desenvolvimentismo**. Folha de São Paulo. 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional**. São Paulo em Perspectiva, vol. 20(3). 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico.** Revista de Economia Política, 36(2), 143. 2016.

CASTRO, R. P. **Escola e mercado: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia.** Perspectiva, v. 22, n. 1, p.79-82. 2004.

CEPAL, N. (2018). **A ineficiência da desigualdade.** Santiago: Chile. 2018.

COUTO, Joaquim Miguel. **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch.** Economia e Sociedade, v. 16, p. 45-64, 2007.

DE EMPREGADOS, Cadastro Geral. **Desempregados (Caged),** v. 10, n. 09. Brasília: MTE. Recuperado de: www.mte.gov.br. 2023.

DE OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista da FAE, 5(2). 2002.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos: Análise de emprego.** Recuperado de <https://www.dieese.org.br/analiseped/2017pedsintmet.html>. 2023.

DYE, T. R. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2, 99-128. 2009.

FALCÓN, M. L. D. O. **Estado e planejamento regional: perspectivas e entraves ao desenvolvimento do Nordeste.** BNDES. 2014.

FILIPPIM, E.S. **Administração pública e desenvolvimento sustentável.** UFSC. Santa Catarina. 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV. **Observatório de Política Fiscal.** Recuperado de: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/investimentos-publicos/investimentos-publicos-1947-2021>. 2023.

FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste.** Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, v. 1, 1, dez. P. 12-19. 1981.

GALEANO, E. A. V. **Evidências da manutenção das desigualdades econômicas entre as regiões do Brasil no período de 1985 a 2008.** Inclusão Social, 6(1). 2012.

GALEANO, E. A., & Feijó, C. **Determinantes do crescimento econômico desigual entre as regiões brasileiras: uma avaliação da produtividade, da inovação e do gap tecnológico nos anos 1990 e 2000.** Revista Nexos Econômicos, 4(2), 85-118. 2010.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90.** Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 13, n. 1 (21), 2002.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas. 1996.

HERCULANO, S. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. Encontro da ANPPAS, 1, 1-15. 2002.

HERNÁNDEZ, B. D. **Instrumentos de Coleta de Informações em Pesquisa Qualitativa**. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/126942253/60059003-Instrumentos-de-Investigacion-Cualitativa.pdf>. 2023.

HERNÁNDEZ, R., Fernández, C., y Baptista, P. **Metodologia da Pesquisa** (5a ed.). México: Mc Graw Hill. 2010.

HERNÁNDEZ, R., Baptista, P., & Fernández, C. **Metodologia de pesquisa**. México: McGraw Hill. 2014.

HERNÁNDEZ, R., Mendoza, C. P. **Metodologia de pesquisa: as rotas quantitativa, qualitativa e mista**. México: McGrawHill. 2019.

HOLANDA, Sergio Buarque de., **Raízes do Brasil**, 18a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio. 1984.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Brasil. 2013.

IZCARA, S. **Manual de Pesquisa Qualitativa** (5 ed.). México: Universidad Autónoma de Tamaulipas. 2014.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas. 1982.

KEYNES, J. M. **A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Editora Saraiva. 2017.

MONTEIRO NETO, A. **Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: Contribuições ao debate contemporâneo**. Texto para Discussão n. 1229, Brasília, IPEA. 2006.

NÓBREGA, Ricardo; DAFLON, Verônica Toste. **Da escravidão às migrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil**. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflitos de classes**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, F. A. de. **Economia política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura**. São Paulo: Hucitec. 2009.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, v. 15, p. 3-12, 2001.

ORAIR, R. O. **Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2016.

PATRICIO, R., Ricardo, S. **Desenvolvimento de infraestrutura e crescimento econômico: revisão conceitual**. Divisão de Recursos Naturais e Infraestrutura. Série de recursos naturais e infraestrutura, 75. 2004.

PAULANI, L. **A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo**. *Cadernos do Desenvolvimento*, 12(20), 135-155. 2017.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social**. Saraiva Educação SA, 2017.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. Livros e Documentos institucionais. 2012.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2º ed. São Paulo: Atlas. 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

RIBEIRO, E. J. J. e Silva Filho, E. B. D. **Investimento externo direto no Brasil no período 2003-2012: aspectos regionais e setoriais**. 2013.

SALES, T. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. *Revista brasileira de ciências sociais*, 25(9), 26-37. 1994.

SANDOVAL, C. A. C. **Pesquisa qualitativa**. Bogotá, Colombia: Instituto Colombiano para el fomento de la Educación Superior - ICFES. 1996.

SCHNEIDER, S. E SCHIMITT, C. J. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87. 1998.

TRANSPORTE, CONFEDERAÇÃO NACIONAL. **Pesquisa CNT de Rodovias**. Brasília. 2017. Recuperado de: <http://pesquisarodovias.cnt.org.br/>. 2020.

UDERMAN, S. **O Estado e a formulação de políticas de desenvolvimento regional**. *Revista Econômica do Nordeste*, 39(2), 232-250. 2008.

VALCÁRCEL, M. **Gênese e Evolução do Conceito e Abordagens do Desenvolvimento**. Documento de investigación. Departamento de Ciencias Sociales. Pontificia Universidad Católica del Perú. 2006.

VARGAS BEAL, Xavier. **Como fazer pesquisa qualitativa? Um guia prático para saber o que é pesquisa em geral e como fazê-la, com ênfase nas etapas da pesquisa qualitativa**. México, Editado por la Academia para el estudio de la interpretación y significado del hábitat – Departamento del Hábitat y Desarrollo Urbano (ITESO). 2011.

VARGAS BEAL, X. **Como fazer pesquisa qualitativa? Um guia prático para saber o que é pesquisa em geral e como fazê-la.** ITESO. 2010.

VARGAS BEAL, Xavier. **Como fazer pesquisa qualitativa? Um guia prático para saber o que é pesquisa em geral e como fazê-la, com ênfase nas etapas da pesquisa qualitativa.** México, Editado por ETXETA. 2007.

VASILACHIS DE GIALDINO, I. **Estratégias de Pesquisa Educacional.** 1ª ed. Barcelona, España: Gedisa. 2006.

WARTON, J. **O Plano de Tese.** Peru: impressões. OLGRAF. 2013.

Apêndice

Anexo 1: Matriz de Consistência

TÍTULO: “O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA NA DESIGUALDADE SOCIAL ENTRE AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE NO SÉCULO XXI.”

Título: “Presença da Administração Pública Federal no Desenvolvimento da Região Este do Brasil, 2020”				
Perguntas	Tópicos da pesquisa	Justificação	Metodologia	Técnicas e instrumentos
Quais as repercussões da intervenção da Administração Pública Federal no crescimento das regiões em busca do desenvolvimento nacional?	Analisar como estão as repercussões da intervenção da Administração Pública Federal no crescimento das regiões em busca do desenvolvimento nacional.	A temática proposta como objeto desta pesquisa, a presença da Administração Pública Federal para o desenvolvimento equitativo da região oriental do Brasil, com a comparação de duas das principais regiões produtivas do Brasil, justifica-se como pertinente, para competir por fatores de algumas dimensões do Brasil. A influência agregada atua em diferentes situações e cenários regionais que geram desigualdades, além de analisar a participação da Administração Pública Federal neste contexto. Buscando-se, portanto, uma futura contribuição deste trabalho no apoio à implementação de políticas públicas que olhem para o desenvolvimento nacional.	Enfoque: Qualitativo	Técnica: análise teórica.
Qual é a concepção do significado de países desenvolvidos?	Analisar a concepção de significado dos países desenvolvidos		Tipo: Teórica.	
Quais são as dimensões que afetam negativamente o desenvolvimento nacional?	Interpretar quais são as dimensões que afetam negativamente o desenvolvimento nacional.		Método: Hermenêutico.	
Quais são as dimensões que afetam negativamente? Como a comparação das regiões ajuda a entender as causas do subdesenvolvimento nacional no desenvolvimento nacional?	Identificar como a comparação das regiões ajuda a entender as causas do subdesenvolvimento nacional		Cenário: Regiões este brasileira.	Instrumentos Arquivos de rota de coleta da informação
Quais são os principais fatores que caracterizam os desequilíbrios regionais no Brasil?	Identificar os principais fatores que caracterizam os desequilíbrios regionais no Brasil..		Objeto: Analisar a importância da intervenção da Administração Pública Federal para equilibrar o crescimento regional em busca do desenvolvimento nacional.	
Como a equidade de crescimento regional evita grandes conflitos sociais?	Analisar como a igualdade de crescimento regional evita grandes conflitos sociais			

Fonte: elaborado pelo autor